

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações Financeiras
Referente ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Índice

Relatório da Administração

Introdução	4
Destaques do Exercício	4
Sobre a Sinop Energia	6
Estrutura societária	7
Composição da administração	7
Informações operacionais	8
Destinação da energia gerada	8
Valores mobiliários da Companhia	8
Ações socioambientais	8
Indicadores econômico-financeiros	9
Custos com geração de energia elétrica	10
Despesas gerais e administrativas	12
Declaração sobre os serviços prestados pelos auditores independentes	13
Declaração da diretoria	13
Mensagem da Administração	13
Relatório do Auditor Independente	14

Demonstrações Financeiras do Exercício

Balanço Patrimonial	
Ativo	18
Passivo e Patrimônio Líquido	19
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	22
Demonstração do Fluxo de Caixa	23
Demonstração do Valor Adicionado	24
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	25

Relatório da Administração

Exercício de 2023

Divulgado em 13 de março de 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Introdução

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Sinop Energia” ou “Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, anuncia hoje seu resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Além desse relatório, que atende os requerimentos estabelecidas pelo artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022 para o Relatório da Administração, a Companhia também disponibiliza as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Os documentos supracitados estão à disposição para acesso público no *website* da área de Relações com Investidores da Sinop Energia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB. Essas demonstrações financeiras consideram também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração os exercícios de 2023 e 2022, exceto quando informado diferentemente. Adicionalmente, as informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para maiores informações sobre o desempenho financeiro da Sinop Energia, além daquelas apresentadas a seguir, recomenda-se a leitura em conjunto com as notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Destaques do Exercício:

- **Cumprimento dos Contratos de Fornecimento de Energia:** Todos os contratos de fornecimento de energia, tanto do Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) quanto do Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), foram integralmente atendidos. O volume total comercializado no exercício somou 2.008.264 MWh, sendo 1.890.408 MWh no ACR, 50.107 MWh no ACL e 67.749 MWh junto a CCEE, (2.054.312 MWh, sendo 1.890.408 MWh no ACR, 50.107 MWh no ACL e 113.797 MWh junto a CCEE, em 2022).
- **Resultado Operacional:** A Companhia apresentou EBITDA no montante de R\$ 108.568 (R\$ 83.572, em 2022).
- **Investimentos capex:** A Companhia adicionou em seus ativos imobilizados o montante de R\$ 11.372 (R\$ 34.569, em 2022).
- **Operação Comercial:** a Usina atingiu elevados índices de disponibilidade no exercício, 99,93%, (97,82%, em 2022) consolidando a estratégia de recuperação do FID.
- **Expurgo de Horas Indisponíveis:** A Companhia obteve o deferimento do pleito de expurgo de horas indisponíveis junto à ANEEL, referente ao período de novembro de 2020 a janeiro de 2021, em que a Usina ficou com restrições operativas por questões ambientais. Dessa forma, em fevereiro de 2023 ocorreu a recontabilização dos efeitos do expurgo na CCEE, representando uma receita adicional de R\$ 15.783.
- **Assembleia Geral Ordinária:** realizada em 28 de abril de 2023, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) a qual deliberou sobre a seguinte ordem do dia: (i) Deliberar sobre a aprovação das contas dos Administradores, exame e discussão e votação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório de Administração, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal; (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado líquido relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) Deliberar sobre o Plano Anual de Remuneração dos Administradores (Conselheiros e Diretores) e dos Membros do Conselho Fiscal da Companhia; e (iv) Deliberar sobre a Eleição dos Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal da Companhia.
- **Risco de Crédito:** A Fitch Ratings afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo “AA(bra)”, com perspectiva negativa, (AA(bra))”, com perspectiva estável) da Companhia e de sua segunda emissão de debêntures.

- **Assembleia Geral de Debenturistas:** realizada, em 21 de junho de 2023, a Assembleia Geral de Debenturistas (AGD), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovação para a realização da reorganização societária envolvendo a Sinop Energia e a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. A Reorganização Societária se trata de uma alteração na estrutura societária do grupo EDF. Com essa alteração a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A deixa de ser acionista da Companhia Energética Sinop S.A. e passa a ser apenas uma unidade de negócios do grupo. Nessa estrutura, a Acionista da Sinop Energia passa a ser a EDF Brasil Holding S.A. Esta alteração não impacta os saldos contábeis nem os efeitos das garantias dos contratos de financiamento, visto que a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A permanece como Fiadora. Adicionalmente, por esta operação, a Companhia desembolsou o valor de R\$ 913, a título de *Waiver Fee*, não tendo impacto no resultado por ter sido ressarcido pela Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.
- **Benefício fiscal da SUDAM:** Obtenção do Laudo Constitutivo nº 055/2023 do direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e adicionais não-restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração, com fruição por 10 anos, tendo em vista o atendimento das condições e requisitos legais exigidos constantes do Processo nº CUP 59004.001869/2022-06.
- **Manutenção Programada de 16.000 horas da Unidade Geradora 02:** Realizada, no período de 03 a 12 de julho de 2023, em conformidade com o manual de operação e manutenção do fabricante. A manutenção, inicialmente prevista para ser realizada em 11 dias, foi realizada em 09 dias, com antecipação de aproximadamente 40 horas, diminuindo a indisponibilidade da unidade e melhorando assim o Fator de Disponibilidade da Usina.
- **Índice de Cobertura do Serviço da Dívida:** Ainda que o ICSD não tenha sido atingido neste exercício, a Companhia mantém a adimplência com o índice exigido pelos contratos de financiamento do BNDES e Debêntures, tendo sido pago entre juros e principal R\$ 137.422 para BNDES e R\$ 37.041 para Debêntures (entre juros e principal R\$ 68.127 para BNDES e R\$ 31.669 para Debêntures, em 2022)
- **Dias sem acidentes de trabalho:** Até 31 de dezembro de 2023 a UHE Sinop operou 270 (duzentos e setenta) dias de trabalho sem acidentes.
- **Certificação I-REC:** Obtenção da certificação I-REC (Renewable Energy Certificate), emitido no Brasil, pelo Instituto Totum. A certificação garante que a energia produzida pelo empreendimento é limpa e renovável, seguindo recomendações e critérios de padrões internacionais de rastreamento de atributos ambientais de Energia.
- **Assembleia Geral Extraordinária:** Realizada, em 10 de agosto de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovar a eleição de novo membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Pierre Stéphane Bernard, como representante da acionista EDF Brasil Holding S.A.
- **Substituição da Diretoria Executiva:** Realizada, em 22 de agosto de 2023, a Reunião do Conselho de Administração (RCA), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovar a eleição dos novos membros da Diretoria Executiva, sendo o Sr. Carlos Roberto Boscaini Junior, como Diretor para Assuntos Industriais, de Meio Ambiente e Fundiários / Diretor Presidente e o Sr. Sergio Carvalho Aguiar, como Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores.
- **Assembleia Geral Extraordinária:** Realizada, em 24 de agosto de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovar a eleição de novo membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Tiago Barbosa Diniz, como representante da acionista Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF.
- **Reorganização Societária:** realizada, em 21 de setembro de 2023, a reorganização societária, transferindo as ações da Companhia Energética Sinop S.A., detidas pela Termelétrica Norte Fluminense S.A., para a EDF Brasil Holding S.A. Nesse processo, houve o aditamento da Escritura de Emissão de Debêntures, do Contrato de Penhor de Ações (BNDES) e do Contrato de Financiamento (BNDES). A Escritura de Emissão de Debêntures está em processo de Registro na Junta Comercial e nos cartórios de Sinop, Rio de Janeiro, Recife e Brasília. O Contrato de Penhor de Ações e o Contrato de Financiamento estão em processo de assinatura no BNDES.

- **Benefício fiscal da SUDAM:** Obtenção do Despacho Decisório EQBEN/DELEBEN/SRRF 08ª/RFB nº 366/2023, reconhecendo, por parte da Receita Federal do Brasil, o direito da Companhia Energética Sinop, CNPJ 19.527.586/0002-56, à redução de 75% do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não restituíveis (SUDAM), na forma do Laudo Constitutivo nº 055/2023.
- **Semana + de Saúde e Segurança do Trabalho:** Realização da 4ª edição da Semana + de Saúde e Segurança do trabalho. O evento anual tem o objetivo de reforçar a importância da segurança, saúde e meio ambiente no trabalho.
- **Certificação ISO 45001:2018:** Conquista da certificação ISSO 45001:2018, referente ao sistema de Segurança e Saúde Operacional (SSO), demonstrando o comprometimento genuíno com a saúde e segurança dos trabalhadores.
- **Comercialização I-REC:** Realizada a primeira operação de venda de certificados I-REC (Renewable Energy Certificate), através da energia limpa e renovável, produzida pela UHE Sinop.
- **Fiança BNDES:** Renovação da carta fiança junto ao banco Bradesco, referente a reserva adicional para o contrato de financiamento com o BNDES.
- **Compliance:** Estruturado o programa de *Compliance* da companhia, com a atualização do Código de Conduta, Canal de Denúncias independente, Investigações, Compromissos Anticorrupção, Diretrizes de Relacionamento com Agentes Públicos e *Due Diligence* de terceiros.
- **Segurança de barragem:** A usina fechou o ciclo de 2023 com 100% das recomendações emitidas nas inspeções regulares de segurança, além da operacionalização e implementação do seu Plano de Ação de Emergência (PAE) junto aos órgãos municipais e estaduais. Assim, atendendo plenamente as legislações e normativos sobre Segurança de Barragem.

Sobre a Sinop Energia

Em 29 de agosto de 2013, a Companhia venceu o Leilão nº 006/2013 da ANEEL e, subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, celebrou o Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União, representada pelo Ministério de Minas e Energia, cujo objeto é a definição das condições para a exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. De acordo com o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 28 de janeiro de 2050.

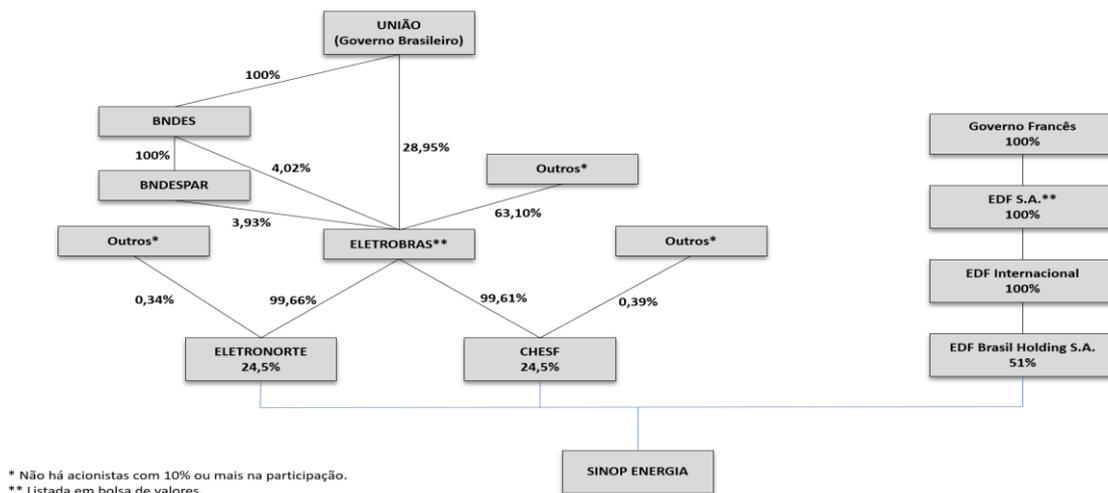
A Sinop Energia é uma sociedade de propósito específico e, portanto, tem como objeto social exclusivo, a construção, manutenção e operação da Usina Hidrelétrica Sinop, incluindo a comercialização da energia gerada pela Usina. O Empreendimento é localizado no rio Teles Pires, nas divisas dos municípios de Cláudia (margem direita do rio) e Itaúba (margem esquerda do rio), estado de Mato Grosso. O projeto da UHE Sinop foi desenvolvido considerando o estudo de viabilidade da Usina de maneira que seus possíveis impactos sejam minimizados por uma série de programas socioambientais, constantes no Projeto Básico Ambiental.

O empreendimento conta com a longa e consolidada experiência de seus três acionistas, referências nacionais e internacionais no segmento de geração de energia: (a) EDF Brasil Holding S.A, com 51% de participação no capital social; (b) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“ELETRONORTE”), com 24,5%; e (c) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (“CHESF”), também com 24,5%, sendo que a ELETRONORTE e CHESF são empresas controladas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A (“Eletrobras”).

No Brasil, os acionistas operam empreendimentos de geração a partir de fontes convencionais, como termelétricas e, ainda, fontes de geração renováveis, tais como usinas hidrelétricas, usinas eólicas e energia solar, dentre outras.

Estrutura Societária

(em 31 de dezembro de 2023)



Composição da Administração

Conselho de Administração

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Antônio Augusto Bechara Pardaulil <i>Presidente do Conselho de Administração</i>	Gilberto Tannús Elias <i>Membro Suplente</i>
Tiago Barbosa Diniz <i>Membro Efetivo</i>	Edinaldo Pereira de Lima <i>Membro Suplente</i>
Pierre Stéphane Bernard <i>Membro Efetivo</i>	Verônia Vara Eiriz <i>Membro Suplente</i>
Thierry Marc Rene Caillaud <i>Membro Efetivo</i>	Mariano Javier Gaio <i>Membro Suplente</i>

Conselho Fiscal

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Fernando de Andrade Paladino <i>Presidente do Conselho Fiscal</i>	Será nomeado em AGO. <i>Membro Suplente</i>
Gustavo Loureiro Chagas <i>Membro Efetivo</i>	Hugo Leonardo da Silva <i>Membro Suplente</i>
Nicolau Rolhing Volpato <i>Membro Efetivo</i>	Danielle Jar Queiro de Souto <i>Membro Suplente</i>

Diretoria Estatutária

Membro da Diretoria Estatutária	Cargo
Carlos Roberto Boscaini Junior	Diretor Presidente / Diretor para Assuntos Industriais, de Meio Ambiente e Fundiários
Sergio Carvalho Aguiar	Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

Contador

Alessandro Camilo da Silva	CRCMT 005078
----------------------------	--------------

Informações Operacionais

A Usina Hidrelétrica Sinop tem potência instalada de 401,88 MW, com reservatório formado com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água Máximo Normal e Área de Preservação Permanente de 114,52 km², abrangendo parcialmente as áreas de cinco municípios: Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, todos situados no estado de Mato Grosso. A geração de energia elétrica pela UHE Sinop atende ao consumo de 1,6 milhão de pessoas, equivalente a 50% da população do estado de Mato Grosso.

A garantia física de energia da UHE Sinop foi fixada em 242,8 MW médios pelos termos da Portaria nº 2 emitida pela MME em 08 janeiro de 2018. A energia gerada pela UHE Sinop é comercializada de acordo com o quadro abaixo, sendo que 91,2% da Garantia Física está contratada.

Destinação da energia gerada

Categoria/Mercado	Período Contratual de Suprimento	Sinal	Volume de Energia (MWmédios)
Garantia Física	Não aplicável	+	242,8
Ambiente de Contratação Regulada (A-5; 2013) <i>Contraparte: 34 Clientes Terceiros</i>	01/12/18 - 30/11/48	-	215,8
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: CHESF (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: ELETRONORTE (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Energia Descontratada	Não aplicável	=	21,28

Valores Mobiliários da Companhia

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 2.234.136, que compreendem 2.234.136.000 (dois bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões, cento e trinta e seis mil) ações ordinárias nominativas (“Ações ON”) sem valor nominal. Para maiores detalhes, consultar Nota Explicativa nº 22.

Ações Socioambientais

Os programas ambientais estabelecidos no processo de licenciamento ambiental para a Etapa de Operação do empreendimento permanecem sendo realizados em conformidade com o cronograma definido junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT), inclusive as ações vinculadas ao Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, com a recuperação de parte das áreas utilizadas como canteiro de obras do empreendimento e restauração das Áreas de Preservação Permanente – APP no entorno do reservatório, já cumpridos 613,75 hectares entre 2021 e dezembro de 2023.

Foi assinada em dezembro de 2023, a escritura pública de transferência da propriedade do Reassentamento Rural Coletivo (“RRC”), em conformidade com o Termo de Quitação e RRC com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (“INCRA”), assinado em junho de 2023. O RRC foi implantado pela Sinop Energia, para remanejamento de 28 famílias afetadas pela formação do reservatório na área do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (“PDS”) 12 de Outubro. Com esse recebimento, ficará a cargo do INCRA a titulação e regularização das famílias remanejadas.

Também estão em tratativas internas o preparo para a solicitação da renovação da Licença de Operação da UHE Sinop, prevista para ocorrer até fevereiro de 2024. Foi solicitado ao IBAMA a definição de competência para a referida renovação, uma vez que a Lei Complementar nº 140/2011 e Decreto nº 8.437/2015 enquadram a renovação da licença do empreendimento para a esfera Federal, porém com possibilidade de repassar a responsabilidade ao Estado através de convênio, que está sendo discutido nesse momento. Cabe ressaltar que a licença está vigente até agosto de 2024.

Para concluir, a Companhia buscou junto a SEMA/MT para realizar a quitação dos TACs e efetuou o acordo para o repasse dos valores remanescentes das ações, que conclui os TACs de R\$ 4.000 e R\$ 10.695 mil, restando pendente o Programa de Apoio Operacional, onde haverá o repasse de parte do saldo até fevereiro de 2024 e a obrigação da realização de uma obra, que será executada durante o ano de 2024.

Indicadores e índices Econômico-financeiros

	Unidade	2023	2022	Absoluta	%
Energia Comercializada (ACR)	MWh	1.890.408	1.890.408	-	-
Energia Comercializada (ACL)	MWh	50.107	50.107	-	-
Energia Comercializada (CCEE)	MWh	67.749	113.797	(46.048)	(40,5%)
Receita líquida com venda de energia elétrica	R\$, mil	341.124	309.785	31.339	10,1%
Margem bruta	%	33,4%	22,7%	10,7p.p.	47,0%
Resultado líquido do exercício	R\$, mil	(55.190)	(77.624)	22.434	28,9%
Margem líquida	%	(16,2%)	(25,1%)	8,9p.p.	(35,4%)

	Unidade	2023	2022	Absoluta	%
Investimentos (capex)	R\$, mil	11.372	34.569	(23.197)	(67,1%)
Endividamento	R\$, mil	1.435.653	1.459.222	(23.569)	(1,6%)
BNDES	R\$, mil	1.134.347	1.160.042	(25.695)	(2,2%)
Debêntures	R\$, mil	301.306	299.180	2.126	0,7%
Dívida líquida ¹	R\$, mil	1.297.841	1.307.460	(9.619)	(0,7%)
Índice de capital próprio (ICP) ²	%	44,7%	45,6%	(0,9p.p.)	(1,9%)
Índice de liquidez corrente (ILC) ³		1,5	1,9	(0,4)	(21,1%)
Número de empregados próprios ⁴		32	35	(3)	(8,6%)
(Prejuízo) líquido por ação	R\$	(0,02470)	(0,03474)	0,01004	(28,9%)
Quantidade de ações ⁵	Mil	2.234.136	2.234.136	-	-

1. A dívida líquida é equivalente ao Endividamento menos o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras com resgate imediato.
2. Índice de Capital Próprio (ICP): Patrimônio líquido / Ativo total.
3. Índice de Liquidez Corrente (ILC): Ativo circulante/Passivo circulante.
4. Posição no final do exercício.
5. Média ponderada de ações ordinárias.

EBITDA¹

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou o EBITDA de R\$ 108.568 (R\$ 83.572, em 2022).

¹ O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

O quadro abaixo, apresenta a conciliação entre o prejuízo no exercício e o EBITDA (apurado de acordo com a instrução CVM Nº 527, de 04 de outubro de 2012) e o EBITDA ajustado:

	2023	2022
Resultado do exercício	(55.190)	(77.624)
Imposto de renda e contribuição social diferido – Nota explicativa 12.	(28.274)	(38.815)
Despesas (receitas) financeiras, líquidas – Nota explicativa 28.	127.690	136.737
Depreciação e amortização – Nota explicativa 26a e 27c.	64.342	63.274
EBITDA	108.568	83.572
Receita operacional líquida – Nota explicativa 23	341.162	309.785
Margem EBITDA	31,8%	27,0%
EBITDA	108.568	83.572
Provisão para redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	21.895	37.148
EBITDA após <i>Impairment</i> (*)	130.463	120.720
(+/-) Itens não recorrentes (**)	17.579	9.015
EBITDA Ajustado	148.042	129.735
Margem EBITDA Ajustado	43,4%	41,9%

(*) EBITDA ajustado para fins de cálculo do ICSD (contrato de financiamento e debêntures);

(**) (i) Em agosto de 2022, a Companhia pleiteou o expurgo de horas indisponíveis, referente ao período de novembro de 2020 a janeiro de 2021 (45 dias), em que a UHE Sinop ficou com restrições operativas por questões ambientais (SEMA/MT). Após o deferimento da ANEEL, através do Despacho Nº 3.607, em fevereiro de 2023 ocorreu a recontabilização dos efeitos do expurgo na CCEE, referente ao período de janeiro de 2021 a novembro de 2022 no valor de R\$ 15.783. Nota Explicativa 23; (ii) No 4º trimestre de 2023, a Companhia realizou o teste de contratos onerosos, que identificou os contratos de compra de energia e que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos dos contratos. O teste resultou no montante de R\$ 33.362, conforme nota explicativa 20;

(**) O ajuste de R\$ 9.015, no segundo trimestre do ano anterior, refere-se a: (i) celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público no âmbito do inquérito civil n. 183-053/2020 em trâmite na Comarca de Cláudia, Estado do Mato Grosso, no qual foi pactuada indenização pelos eventos de morte de peixes ocorridos em março e agosto de 2020 no montante de R\$ 8.015; e (ii) um Acordo de Não Persecução Penal entre a Companhia com o Ministério Público, em razão de 5 eventos de mortandade de peixes ocorridos entre fevereiro de 2019 e agosto de 2020, no qual foi prevista uma prestação pecuniária de R\$ 1.000.

Endividamento Líquido e Grau de Liquidez

Evolução dos principais indicadores de alavancagem e liquidez no exercício.

	2023	2022
Financiamento BNDES	1.134.347	1.160.042
Circulante	44.821	36.967
Não Circulante	1.089.526	1.123.075
Debêntures	301.306	299.180
Circulante	19.049	12.861
Não Circulante	282.257	286.319
Endividamento bruto	1.435.653	1.459.222
(-) Caixa e equivalentes de caixa ¹	(137.812)	(151.762)
Endividamento líquido²	1.297.841	1.307.460
Patrimônio líquido	1.304.241	1.359.431
Ativo total	2.916.856	2.982.804
Índice de capital próprio³	0,45	0,46
Ativo circulante	210.141	214.085
Passivo circulante	143.063	114.968
Índice de liquidez corrente⁴	1,5	1,9

1) As aplicações financeiras são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.

2) Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)

3) Patrimônio líquido / Ativo total

4) Ativo circulante / Passivo circulante

Custos com geração de energia elétrica - Notas Explicativas nº 24, 25 e 26

Os custos com geração de energia elétrica apresentaram uma redução de 5,1% no exercício de 2023 comparada com o mesmo exercício do ano anterior.

A rubrica “Energia elétrica comprada para revenda” apresentou uma redução de 10,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparada com o mesmo exercício do ano anterior. No final do exercício de 2022 a Companhia possuía quatro contratos de compra de energia para revenda, totalizando em 227.760 MWh, com o término de um dos contratos, em dezembro de 2022, a Companhia permaneceu apenas com três contratos, totalizando a aquisição de 175.200 MWh em 2023. A redução das compras de energia para revenda, ocorre em virtude da recuperação gradativa do FID, diante da melhoria operacional da Usina.

(*) A Companhia está comprando energia elétrica pelos motivos de: (i) Degradação do Fator de Disponibilidade (FID), devido as paradas de máquinas ocorridas em 2020; e (ii) Redução do valor do GSF, devido as variações/restrições hidrológicas no país."

Destacamos que não há previsão para novas contratações de energia para revenda, considerando que os contratos atuais, são suficientes até a recuperação total do FID, prevista para ocorrer no segundo semestre de 2025.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>Var. %</u>
Depreciações e amortizações	(64.189)	(63.130)	1,7%
Encargos de uso do sistema de transmissão – EUST	(53.187)	(49.638)	7,1%
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(48.772)	(54.253)	(10,1%)
Seguro de risco hidrológico	(28.393)	(26.844)	5,8%
Serviços de terceiros (a)	(25.088)	(33.561)	(25,2%)
Outros	(4.853)	(7.443)	(34,8%)
Pessoal, encargos e benefícios (b)	(2.841)	(4.578)	(37,9%)
.			
Total	(227.323)	(239.447)	(5,1%)

(*) Considera o aporte financeiro junto a CCEE e os tributos sobre a compra de energia elétrica (PIS e Cofins).

(a) Serviços de terceiros

Os custos com os serviços de terceiros apresentaram uma redução de 25,2% acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparada com mesmo exercício do ano anterior.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>Var. %</u>
Gastos de O&M da Usina (i)	(17.876)	(10.815)	65,3%
Programas socioambientais (ii)	(4.706)	(20.670)	(77,2%)
Outros	(2.506)	(2.076)	20,7%
Total	(25.088)	(33.561)	(25,2%)

- (i) Aumento significativo representado pela manutenção dos sistemas auxiliares (bombas de esgotamento) e parada programada de 16.000 horas da Unidade Geradora 02; e
- (ii) Redução significativa representada pela contabilização do TAC 06/2022-SEMA no 2T22.

(b) Custos com pessoal, encargos e benefícios – área técnica (O&M e socioambiental)

Os custos com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram uma redução de 37,9% acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparados com o mesmo exercício do ano anterior. O impacto desta redução está associado a metodologia de rateio, onde os custos destas rubricas foram distribuídos aos projetos socioambientais. (CAPEX).

	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>Var. %</u>
Remuneração de empregados	(1.396)	(2.244)	(37,8%)
Encargos trabalhistas	(897)	(1.535)	(41,6%)
Benefícios a empregados	(548)	(799)	(31,4%)
Total	(2.841)	(4.578)	(37,9%)

Despesas gerais e administrativas – Nota Explicativa nº 27

Os gastos deste grupo de contas apresentaram um aumento de 11,4% acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparados com o mesmo exercício do ano anterior, representadas principalmente pela rubrica de “Despesas tributárias”

	2023	2022	Var. %
Pessoal, encargos e benefícios (a)	(6.887)	(6.714)	2,64%
Serviços de terceiros (b)	(3.233)	(4.823)	(33,0%)
Despesas tributárias	(1.200)	-	-
Outros	(1.129)	(781)	44,6%
Perdas não operacionais	(865)	-	-
Penalidades regulatórias e fiscais	(436)	(59)	639,0%
Arrendamentos e aluguéis	(247)	(221)	11,8%
Passagens e hospedagens	(208)	(150)	38,7%
Depreciações e amortizações	(151)	(144)	4,9%
Total	(14.356)	(12.892)	11,4%

(a) Despesas com pessoal, encargos e benefícios – área administrativa e diretoria

As despesas com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram um aumento de 2,6% acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparadas com o mesmo exercício do ano anterior. A Companhia mantém a quantidade de dezenove (19) de colaboradores no final de 2023 e dezessete (17), no final de 2022.

	2023	2022	Var. %
Remuneração de empregados (i)	(3.706)	(3.169)	16,9%
Encargos trabalhistas	(2.064)	(2.517)	(18,0%)
Benefícios a empregados	(1.117)	(1.028)	8,7%
Total	(6.887)	(6.714)	2,6%

(i) Aumento significativo representado por duas rescisões trabalhistas de cargos de nível de diretoria, ocorridas no 3T23;

(b) Serviços de terceiros administrativos e gerais

Os gastos deste grupo de contas apresentaram uma redução de 33,0% acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 comparadas com o mesmo exercício do ano anterior, representados significativamente pelas rubricas “Consultorias, honorários advocatícios e contábeis”.

	2023	2022	Var. %
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis (i)	(2.351)	(3.932)	(40,2%)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(397)	(453)	(12,4%)
Outros	(246)	(166)	48,2%
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(148)	(129)	14,7%
Monitoramento e vigilância	(91)	(143)	(36,4%)
Total	(3.233)	(4.823)	(33,0%)

(i) Redução significativa representada pela contabilização dos honorários advocatícios com relação ao Acordo do TAC 06/2022 e ANPP no 2T22.

Declaração sobre serviços prestados pelos Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 23 de 25 de fevereiro de 2021, A Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”), firmado em 27 de março de 2023, para a emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023 e os relatórios sobre as informações contábeis intermediárias contemplando os balanços patrimoniais do período findo em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2023. A Deloitte presta serviços apenas dedicados às revisões trimestrais e auditoria anual. Esclarecemos que a Companhia adere aos seguintes princípios quanto à contratação do auditor independente: (i) o auditor não realiza auditoria do seu próprio trabalho/relatório; (ii) o auditor não exerce funções gerenciais na Companhia; e (iii) o auditor não promove ou representa os interesses da Sinop Energia.

As informações apresentadas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2023 e demonstrações financeiras auditadas referentes a 31 de dezembro de 2022. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

Declarações da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 27, parágrafo 1º, incisos v e vi, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores declaram que discutiram, reviram e concordaram com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com a opinião expressa no Relatório dos auditores sobre as demonstrações financeiras da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. referente às mesmas.

Mensagem da Administração

A UHE Sinop mantém-se em contínua melhoria de seus indicadores, com ótimo desempenho operacional e disponibilidade, um agradecimento ao nosso time de O&M e nossos fornecedores pela performance experimentada em 2023. A Companhia está também gerenciando seus custos de forma racional, mantendo todos os programas ambientais e cumprindo suas obrigações com credores e terceiros. Isso permitiu que a Companhia mantivesse um caixa robusto, reforçando sua liquidez.

A conquista da certificação ISO 45001:2018, demonstrou o comprometimento da Companhia e colaboradores e terceiros com a saúde e segurança dos trabalhadores.

Em 2023 a companhia se tornou signatária ao Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do Instituto Ethos a Sinop Energia reforça o compromisso de incentivar e mitigar práticas de anticorrupção para colaboradores e stakeholders.

A Sinop Energia conta com o direcionamento estratégico de seu Conselho de Administração, o apoio do conselho fiscal em discussões técnicas além de seu trabalho de fiscalização. Adicionalmente um agradecimento aos Comitês Técnicos têm apoiado, com sua expertise, as equipes da Companhia, atingindo elevados níveis nas áreas de O&M e Ambiental, buscando a melhoria contínua e a excelência em seus processos.

A Companhia está comprometida em atender os compromissos assumidos com a comunidade, poder público, credores e acionistas. A Companhia agradece o apoio e a confiança depositados.

Diretoria da Sinop Energia

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Diretores da
Companhia Energética Sinop S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Sinop S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise quanto a redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos classificados pela Companhia nas rubricas do imobilizado e ativo intangível somavam o montante de R\$2.120.857 mil, conforme nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras. Tais ativos são referentes à usina hidrelétrica Sinop e considerados como uma única unidade geradora de caixa, conforme definição estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

A metodologia utilizada pela Companhia para a determinação do valor recuperável dessa unidade geradora de caixa foi o valor em uso, que requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas subjetivas, tais como: (i) estimativa de fluxos de caixa futuros que a Companhia espera obter com a utilização de seus ativos; (ii) estimativa dos custos necessários para geração de energia; e (iii) definição da taxa de desconto apropriada a esses fluxos de caixa futuros.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; e (ii) há julgamento significativo envolvido por parte da Administração quanto à: (a) estimativa de fluxos de caixa futuros, que leva em consideração diversas premissas subjetivas, dentre as quais a projeção de receitas futuras (que pode ser impactada por riscos hidrológicos), bem como custos associados à geração de energia; e (b) taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a revisão da análise do valor recuperável dessa unidade geradora de caixa; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na análise da razoabilidade do modelo de avaliação, no teste da acurácia matemática do fluxo de caixa e na metodologia e taxa de desconto utilizada; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas, dos custos de geração de energia e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia; e (iv) a avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, identificamos deficiência de controle interno relacionada ao reconhecimento da provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos, bem como ajuste não realizado pela Companhia, que nos levaram a alterar a abordagem de auditoria inicialmente planejada para obtermos evidências suficientes e apropriadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado e ativo intangível, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 15 de março de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF


Bruno Cunha Dutra da Silveira
Contador
CRC nº MG 112354/O-4 "T" DF

Companhia Energética Sinop S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	43.624	75.686
Aplicações financeiras	7	94.188	76.076
Contas a receber	8	52.534	41.064
Estoques	9	8.071	7.250
Tributos e contribuições a recuperar	10	9.527	11.151
Adiantamentos		209	657
Despesas antecipadas		1.988	2.201
Total do ativo circulante		210.141	214.085
Não Circulante			
Outros ativos		3.247	-
Depósitos judiciais		258	273
Tributos e contribuições a recuperar	10	20.316	17.535
Fundos vinculados	11	99.007	111.084
Ativo fiscal diferido	12	463.030	434.756
Total do realizável a longo prazo		585.858	563.648
Imobilizado	13	2.090.087	2.173.257
Intangível	14	30.770	31.814
Total do ativo não circulante		2.706.715	2.768.719
Total do ativo		2.916.856	2.982.804

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	24.466	21.768
Tributos e contribuições a recolher		1.571	3.815
Obrigações trabalhistas		744	995
Obrigações setoriais		1.213	1.407
Financiamento BNDES	16	44.821	36.967
Debêntures	17	19.049	12.861
Uso do bem público	18	2.668	2.549
Provisões socioambientais	19	30.627	34.558
Contratos onerosos	20	17.904	-
Outros passivos circulantes		-	48
		<u>143.063</u>	<u>114.968</u>
Total do passivo circulante			
Não Circulante			
Financiamento BNDES	16	1.089.526	1.123.075
Debêntures	17	282.257	286.319
Obrigações setoriais		2.794	1.624
Uso do bem público	18	33.927	34.537
Provisões socioambientais	19	45.167	62.433
Contratos onerosos	20	15.458	-
Provisões para contingências	21	156	135
Obrigações especiais		267	282
		<u>1.469.552</u>	<u>1.508.405</u>
Total do passivo não circulante			
Total do passivo			
		<u>1.612.615</u>	<u>1.623.373</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	22	2.234.136	2.234.136
Prejuízos acumulados	22	(929.895)	(874.705)
Total do patrimônio líquido			
		<u>1.304.241</u>	<u>1.359.431</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido			
		<u><u>2.916.856</u></u>	<u><u>2.982.804</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas de vendas			
Receitas líquidas com vendas de energia	23	341.124	309.785
Outras receitas		38	-
Custos das vendas			
Energia elétrica comprada para revenda	24	(77.165)	(81.097)
Encargos de uso do sistema de transmissão	25	(53.187)	(49.638)
Outros custos com geração de energia elétrica	26	(96.971)	(108.712)
Lucro bruto		113.839	70.338
Despesas gerais administrativas	27	(14.356)	(12.892)
Provisões	13 e 20	(55.257)	(37.148)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		44.226	20.298
Receitas financeiras	28	29.995	31.068
Despesas financeiras	28	(157.685)	(167.805)
Resultado financeiro	28	(127.690)	(136.737)
Resultado antes dos impostos		(83.464)	(116.439)
Contribuição social diferida	12	7.478	10.268
Imposto de renda diferido	12	20.796	28.547
Resultado do exercício		(55.190)	(77.624)
Resultado por ação			
(Prejuízo) básico/diluído por ação - R\$		(0,02470)	(0,03474)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
(Prejuízo) do exercício		(55.190)	(77.624)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		(55.190)	(77.624)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2022		<u>2.234.136</u>	<u>(797.081)</u>	<u>1.437.055</u>
(Prejuízo) do exercício		<u>-</u>	<u>(77.624)</u>	<u>(77.624)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	22	<u>2.234.136</u>	<u>(874.705)</u>	<u>1.359.431</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2023		<u>2.234.136</u>	<u>(874.705)</u>	<u>1.359.431</u>
(Prejuízo) do exercício		<u>-</u>	<u>(55.190)</u>	<u>(55.190)</u>
Saldo em 31 dezembro de 2023	22	<u>2.234.136</u>	<u>(929.895)</u>	<u>1.304.241</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(55.190)	(77.624)
Encargos da dívida	16	(28.274)	(38.815)
Provisão para redução ao valor recuperável – <i>Impairment</i>		150.894	152.075
Provisão socioambiental - capex		21.895	37.148
Receitas financeiras dos fundos vinculados		344	9.015
Receitas financeiras sobre as aplicações		(10.934)	(8.519)
Provisões para contingências		(9.615)	-
Aumento das provisões por atualização monetária		21	8
Depreciação e amortização	26a e 27c	2.409	10.862
		<u>73.632</u>	<u>72.461</u>
		145.182	156.611
Variações no ativo			
Aplicações financeiras		(8.497)	-
Adiantamentos		448	(239)
Tributos e contribuições a recuperar		(1.157)	6.777
Contas a receber		(11.470)	(3.195)
Despesas antecipadas		213	(2.056)
Estoques		(821)	795
Outros ativos		(3.058)	1.774
		<u>(24.342)</u>	<u>3.856</u>
Variações no passivo			
Fornecedores		824	65
Tributos e contribuições a recolher		(2.244)	306
Obrigações trabalhistas		(251)	(229)
Obrigações setoriais		733	(2.114)
Obrigações especiais		9	282
Obrigações socioambientais		(24.392)	-
Uso do bem público		(2.651)	(2.508)
Contratos onerosos		33.362	-
Outros passivos		(48)	3.855
		<u>5.342</u>	<u>(343)</u>
Caixa gerado pelas operações		126.182	160.124
Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES	16	(99.135)	(50.323)
Juros pagos na liquidação da dívida com as Debêntures	17	(24.214)	(24.091)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		2.833	85.710
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adição de imobilizado	13	(6.653)	(16.066)
Venda de imobilizado	13	15	6
Adição de intangível	14	(154)	(54)
Fundos vinculados		23.011	(15.224)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		16.219	(31.338)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação financiamento - BNDES	16	-	981
Liquidação da dívida com o BNDES (principal)	16	(38.287)	(17.804)
Liquidação da dívida com as Debêntures (principal)	16 e 17	(12.827)	(7.578)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(51.114)	(24.401)
Aumento (diminuição) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		(32.062)	29.971
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	75.686	121.791
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	43.624	151.762
Aumento (diminuição) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		(32.062)	29.971

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
1 – Receitas			
Vendas de energia, serviços e outros		391.152	356.759
Outras receitas		42	-
		391.194	356.759
2 - Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda		(81.938)	(86.400)
Encargos pelo uso do sistema de transmissão - EUST		(58.538)	(54.645)
Encargos setoriais		(13.847)	(12.123)
Materiais, serviços de terceiros e outros		(36.605)	(46.401)
Provisões operacionais		(55.255)	(37.148)
Outras (Contingências trabalhistas)		(20)	(58)
		(246.203)	(236.775)
3 - Valor adicionado bruto			
		144.991	119.984
4 - Depreciação e amortização			
	26a e 27c	(73.632)	(72.461)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela Companhia			
		71.359	47.523
6 - Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	28	29.995	31.068
		29.995	31.068
7 - Valor adicionado total a distribuir			
		101.354	78.591
8 - Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		7.452	8.721
Benefícios		1.688	1.914
FGTS		588	658
	26c e 27a	9.728	11.293
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		(11.128)	(23.108)
Estaduais		5	2
Municipais		3	2
		(11.120)	(23.104)
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras	28	157.685	167.805
Aluguéis		251	221
		157.936	168.026
Remuneração de capitais próprios			
Resultado do exercício	22	(55.190)	(77.624)
		(55.190)	(77.624)
Valor adicionado total			
		101.354	78.591

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia” ou “Sinop Energia”) é uma sociedade anônima, com objeto social exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e exploração da UHE Sinop, de capital aberto, categoria “B”, constituída em 28 de outubro de 2013.

Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu estatuto alterado, com o ingresso da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., e em 21 de setembro de 2023, novamente foi alterado para a EDF Brasil Holding S.A. O controle é exercido de forma compartilhada nos termos do Acordo de Acionista (Acordo), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 22), respeitando os termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop (“UHE” ou “UHE Sinop” ou “Usina” ou “Empreendimento”), sendo-lhe vedado participar do capital de qualquer outra sociedade, conforme Estatuto Social e Acordo de Acionistas da Companhia. A sede da Companhia localiza-se na Cidade de Sinop, no Estado de Mato Grosso, no Jardim Botânico, Av. dos Flamboyants, 684, e a Usina está implantada no rio Teles Pires, estado de Mato Grosso, com potência instalada de 401,88 MW e reservatório com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água (NA) Máximo Normal (302,00 metros) e Área de Preservação Permanente (APP) de 114,52 km², abrangendo parcialmente as áreas de cinco municípios – Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, no estado de Mato Grosso. O eixo da barragem situa-se entre os municípios de Cláudia e Itaúba, no Estado de Mato Grosso.

A Sinop Energia observa as normas específicas para os geradores de energia estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL” ou “Agência Reguladora”) e pelo Ministério de Minas e Energia (“MME” ou “Poder Concedente”) e cabe ao Governo Federal, através da atuação da Agência Reguladora e do Poder Concedente, regular e fiscalizar as atividades da Companhia. A concessão para a operação e a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da ANEEL, realizado em 29 de agosto de 2013. Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica. De acordo como o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 28 de janeiro de 2050.

Após a conclusão do enchimento do reservatório, a Sinop Energia realizou as tratativas com o órgão ambiental, sendo que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (“SEMA/MT”) emitiu, em 28 de junho de 2019, o Ofício nº 145163/SUIMIS/2019 aprovando a realização dos primeiros testes de forma assistida. Da mesma forma, a ANEEL emitiu os Despachos nº 1829 e 1960 e autorizou o início da operação em teste das Unidades Geradoras UG2 e UG1, respectivamente. Assim, no dia 11 de agosto de 2019 foi realizado o 1º sincronismo da UG2. No dia 20 de agosto de 2019, a SEMA/MT emitiu a Licença de Operação nº 320138/2019, fundamentada no Parecer Técnico nº 128346/CLEIA/SUIMIS/2019, com validade até 18 de agosto 2024.

Após a conclusão dos testes de comissionamento eletromecânico e emissão da Declaração de Atendimento aos Requisitos dos Procedimentos de Rede (“DAPR/D”) pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) para a UG2 no dia 12 de setembro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2561 em 16 de setembro de 2019, o qual liberou a unidade geradora UG2 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG2 ocorreu em 17 de setembro de 2019.

Para a UG1, o ONS emitiu a DAPR/P em 14 de outubro de 2019 e, posteriormente, em 17 de outubro de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.854, o qual liberou a unidade geradora UG1 para início da operação comercial. Assim, o início da geração comercial da UG1 da UHE Sinop ocorreu em 18 de outubro de 2019.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”). Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 13 de março de 2024.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas notas explicativas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua, periodicamente. Revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota Explicativa nº 30 - Gestão de riscos dos instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 12 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Notas explicativas 13 e 14 - teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado e intangíveis: Principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

Notas explicativas 19 e 21 - reconhecimento e mensuração de provisões socioambientais e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Notas explicativas 20 – contratos onerosos: A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. No caso de compromissos de compra de energia, uma das estimativas críticas na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD considerado nos fluxos de caixa, sendo que a Companhia utiliza como base, para a parcela não contratada de energia, o PLD futuro utilizado no cálculo de Impairment. Os valores reais do PLD podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia.

c. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 30 - Gestão de risco dos instrumentos financeiros.

2.4 Julgamento da administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto às instituições financeiras; (iv) Os prejuízos da companhia existentes até 2023 são em parte de lançamento contábil de provisão de impairment e decorrentes de correções necessárias a parte de estrutura da usina para garantir uma geração de energia segura e ambientalmente responsável. A companhia possui um fluxo de caixa consistente que garantiu os fluxos de pagamento desses períodos, já que parte dos prejuízos são contábeis e não de caixa.

3 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia não identificou mudanças nas políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras, as quais são as mesmas adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

5 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores provenientes da venda de energia elétrica. Como o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante (Nota Explicativa nº 8). São mensuradas ao custo amortizado.

c. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido da depreciação e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos foram vinculados ao Empreendimento e capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estavam sendo executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27 (Nota Explicativa nº 13).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo imobilizado formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira.

Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada para reduzir o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e iniciou, para os bens unitizados, partir do mês de outubro de 2019, quando a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.854, a qual liberou a unidade geradora UG01 para início da operação comercial (Nota Explicativa nº 01).

Terrenos são depreciados, conforme instrução da ANEEL em seu Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias	30 anos
Máquinas e equipamentos	27 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Reservatórios e barragens	30 anos
Terrenos	30 anos
Veículos	7 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são determinados pelas Resoluções Normativas nºs 367/2009 e 674/2015 da ANEEL. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, e expressa adequadamente, na opinião da Administração, o tempo de vida útil dos bens.

Além das taxas determinadas pela ANEEL, para os itens que ultrapassam o período de concessão, a Companhia utiliza taxas de depreciação que refletem o período de concessão, visto que, de acordo com o termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculadas à UHE passarão a integrar o patrimônio da União, não havendo indenização ao fim da concessão.

d. Intangível

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao UBP foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Amortização de ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao UBP foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico, fiscalizada pela ANEEL, e a amortização iniciou quando da entrega da energia objeto do CCEAR.

e. Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 (doze) meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

f. Perda por redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

g. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o resultado tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos (Nota Explicativa nº 13, 20 e 21).

i. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 (doze) meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 15).

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, ou capitalizados (conforme o caso), utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, caso a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 (doze) meses após a data do balanço (Nota Explicativa nº 16 e 17).

Os custos de empréstimos e financiamentos, diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que requeira um tempo significativo para ser concluído para fins de uso, são capitalizados de forma líquida como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que ocorrerem. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma companhia em conexão com o empréstimo.

k. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são efetuadas com base nas condições estabelecidas contratualmente entre as partes. A Companhia possui contratos de venda de energia, utilização da rede de transmissão, e operação e manutenção da UHE junto às partes relacionadas. Os valores, prazos e taxas estão definidas em contrato (Nota Explicativa nº 29).

I. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

m. Receita operacional

Corresponde, majoritariamente, às receitas relacionadas à venda de energia de curto prazo e às vendas de energia no mercado de longo prazo (CCEAR), no âmbito da CCEE.

n. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Multas e crédito de imposto de renda de aplicação financeira não compensado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo

o. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC'), aplicáveis à Companhia, são os seguintes:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1: Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma Companhia irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2023
Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma Companhia, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras.	01/01/2023
	Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a	

Norma	Descrição da alteração	Vigência
	transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas.	
Alterações à IAS 8 - Definição de Estimativas Contábeis	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”.	01/01/2023
Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável.	
IAS 1 / CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras	Alteração referente a classificação e divulgação de passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. O passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do exercício de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o exercício de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do exercício de reporte devem afetar a classificação de um passivo circulante ou não circulante.	01/01/2024
IFRS 16 / CPC 6 (R2)	Alteração referente a requerimentos que especificam que o vendedor arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda, de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo fixo de caixa	2	2
Conta corrente:		
- Banco Bradesco S.A.	2.513	1.628
- Banco Itaú Unibanco S.A.	1	66
- Banco ABC S.A.	1	1
Aplicações financeiras de curto prazo		
- Banco Itaú Unibanco S.A. (*)	-	76.076
- Banco do Brasil S.A. (i)	749	15.131
- Banco Bradesco S.A. (ii)	40.358	58.858
	<u>43.624</u>	<u>151.762</u>

(*) Em 30 de setembro de 2023, a Companhia transferiu o saldo para a nota explicativa nº 7, conforme o item 7 do CPC 03 (R2).

- (i) CDB do Banco do Brasil com taxa de remuneração realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de aproximadamente 96% do CDI (96% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

- (ii) CDB do Banco Bradesco com taxa de remuneração realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de aproximadamente 100,5% do CDI (100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

O caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e depósitos bancários à vista e são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia e não possuem restrição de uso.

7 Aplicações financeiras

	31/12/2023	31/12/2022
- Banco Itaú Unibanco S.A. (i)	94.188	76.076
	94.188	76.076

(iii) Fundos de investimentos com taxa de remuneração realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de aproximadamente 103% do CDI (105% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As aplicações financeiras correspondem a fundos de investimentos, que são realizadas com instituições do mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do CDI.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 30.

8 Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes (i)	51.542	40.116
Partes relacionadas (ii)	992	948
	52.534	41.064

Referem-se, substancialmente:

(i) Vendas a prazo de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) R\$ 51.542 (R\$ 40.116 em 31 de dezembro de 2022); e

(ii) Venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) a partes relacionadas R\$ 992 (R\$ 948, em 31 de dezembro de 2022). Nota explicativa nº 29.

Não há saldos em contas a receber vencidos a mais de 30 dias.

9 Estoques

	31/12/2023	31/12/2022
Almoxarifado	8.071	7.250
	8.071	7.250

Os materiais em almoxarifado, estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

10 Tributos e contribuições a recuperar

Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	7.736	8.998
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	1.528	2.153
Imposto de Renda a recuperar	22	-
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	241	-
	9.527	11.151

Não circulante

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) (ii)	20.316	16.145
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	-	1.023
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	-	345
Imposto de Renda a recuperar	-	22
	20.316	17.535
	29.843	28.686

- (i) A Companhia, nos termos do art. 3º das Leis nº 10.833/03 e 10.637/02, credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente, compras de energia elétrica, locações e depreciação acumulada. Adicionalmente, a Companhia possui expectativa de gerar R\$ 36.025 de PIS e COFINS a pagar, de acordo com a projeção de faturamento para os próximos 12 (doze) meses, atrelado a sua capacidade de produção de MWm 221,52 e MWh 1.940.737.
- (ii) Saldo de imposto de renda sobre os valores resgatados das aplicações financeiras referentes aos aportes dos acionistas, recursos obtidos junto ao BNDES, recursos obtidos com a segunda emissão de debêntures e das operações comerciais. A Companhia tem expectativa de realização a partir de pedido de ressarcimento dos valores junto à RFB por meio de PERDCOMP. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu em despesas gerais e administrativas o valor de R\$ 1.200 de Imposto de Renda sobre aplicação financeira prescritos que foram originados em 2015, Nota Explicativa nº 27.

11 Fundos vinculados

	31/12/2023	31/12/2022
(i) Referentes aos empréstimos BNDES		
Conta reserva	39.521	35.675
Conta centralizadora	11.501	11.381
	51.022	47.056
(ii) Referentes às debêntures		
Conta reserva	31.442	26.209
Reserva adicional (*)	-	26.325
Conta de pagamento	10.860	6.390
	42.302	58.924
(iii) Referente ao CUST		
Conta Centralizadora	5.683	5.104
	5.683	5.104
	99.007	111.084

(*) Em maio de 2023, o saldo (R\$ 25.424) foi transferido para a conta corrente pelo motivo da Companhia ter apresentado o ICSD acima de 1,2, calculado com base no exercício de 2022 e de acordo com o item 46 do 1º Aditamento e Consolidação do Contrato de Cessão Fiduciária de Direito Creditórios e Administração de Contas entre o BNDES, a Companhia, a Pentágono e o Banco Bradesco (**).

(i) Referentes aos financiamentos BNDES

Na conta centralizadora, cuja movimentação é realizada exclusivamente pelo banco administrador (Bradesco), são depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos previstos no contrato de financiamento com o BNDES, sendo que esses direitos são compartilhados com os detentores das debêntures da segunda emissão da Companhia.

Conta reserva

A conta reserva do financiamento deve ser composta por 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018 e será mantida até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas, conforme estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, Cláusula Décima, “Garantias da Operação, item II – Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios”.

Conta reserva adicional

A conta reserva adicional é composta por 9 (nove) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida até 15 de julho de 2019. O financiamento celebrado com o BNDES é objeto da Nota Explicativa nº 11.

Em 14 de janeiro de 2020, o BNDES deliberou pela substituição da Conta Reserva Adicional por carta de fiança bancária, através do Banco ABC no valor de R\$ 90.900, vigente até 30 de dezembro de 2021, dessa forma, em janeiro de 2020, o valor de R\$ 88.598 vinculado na conta corrente junto ao Banco do Bradesco, foi liberado para movimento em conta corrente.

Em 08 de novembro de 2023, através do Banco Bradesco, a carta de fiança bancária foi aditada no valor de R\$ 90.900, com vigência até 31 de dezembro de 2025.

(i) Referentes às debêntures

Conta reserva

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a, no mínimo, 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de junho de 2019.

(**) Conta reserva adicional

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de julho de 2019, caso a Companhia apresente um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), anual, inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 17.

Conta pagamento

Deverá ser transferido da conta centralizadora para a Conta Pagamento o valor mensal das debêntures: (i) até 30 (trinta) de junho de 2020, a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures e o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de amortização das debêntures, até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures; (ii) após 30 (trinta) de junho de 2020, (ii.1) a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela de juros das debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures, (ii.2) a partir do período de 12 (doze) meses anteriores ao vencimento da parcela de amortização das debêntures, o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da parcela de amortização das debêntures; até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures.

(ii) Referente ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão

Mantida junto ao Banco Bradesco, utilizada para garantia do pagamento dos encargos do CUST.

A Constituição de Garantias prevê a manutenção de duas contas vinculadas, sob titularidade da Companhia, sendo elas a Conta vinculada centralizadora e a Conta vinculada Especial. Em caso de inadimplência, a Concessionária de Transmissão ou o ONS, conforme o caso, informará à Companhia, para que quite o seu débito, com os respectivos acréscimos moratórios. Não havendo, por parte da Companhia, a quitação do débito, conforme a data estabelecida no contrato, a Concessionária de Transmissão comunicará o não pagamento ao ONS. Sendo assim, o Mecanismo de Garantia será acionado, com a ciência da Companhia. Após a instrução emitida pelo ONS, o Gestor (Banco Bradesco), efetuará o bloqueio da Conta vinculada Centralizadora da Companhia, transferindo para a Conta vinculada Especial os recursos disponíveis, até o valor do débito informado na instrução do ONS, com os acréscimos moratórios previstos em contrato. Dessa forma, a Companhia mantém o saldo mínimo o valor representativo de 110% da média aritmética das últimas 3 (três) faturas.

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores:

	Alíquota	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social		(601.390)	(546.457)
Imposto de renda diferido	25%	150.395	136.639
Contribuição social diferida	9%	54.124	49.181
		204.519	185.820

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

	Alíquota	31/12/2023	31/12/2022
Diferenças temporárias (<i>Impairment e Contratos Onerosos</i>)		(813.965)	(757.825)
Imposto de renda diferido	25%	203.491	189.456
Contribuição social diferida	9%	73.257	68.204
		276.748	257.660
Redução de depreciação devido ao registro de <i>impairment</i>		53.643	25.662
Imposto de renda diferido	25%	(13.409)	(6.414)
Contribuição social diferida	9%	(4.828)	(2.310)
		(18.237)	(8.724)
Total de prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias		(1.361.712)	(1.278.620)
Imposto de renda diferido	25%	340.477	319.681
Contribuição social diferida	9%	122.553	115.075
		463.030	434.756

Com base na expectativa dos lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos, conforme demonstrados a seguir:

Movimentação do ativo fiscal diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2021	395.940
Reconhecimento no exercício	47.540
(-) Reversão no exercício	(8.724)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	434.756
Reconhecimento no exercício	37.787
(-) Reversão no exercício devido a redução da depreciação	(9.513)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	463.030

Demonstrativo de base de cálculo

	31/12/2023	31/12/2022
	IR e CSLL	IR e CSLL
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(83.464)	(116.439)
Adições	56.512	39.541
Exclusões	(27.981)	(25.709)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(54.933)	(102.607)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social (*)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício	18.677	34.886
Impacto no valor do IR (*)	22	23
Imposto de renda e contribuição social no resultado	18.699	34.909
Reversão de diferenças temporárias	9.575	3.906
Imposto de renda e contribuição social no resultado	28.274	38.815
Contribuição social diferida	7.478	10.268
Imposto de renda diferido	20.796	28.547
	28.274	38.815
Alíquota efetiva	(33,9%)	(33,3%)

(*) Aplicação da alíquota direta de 34% na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, sem desconsiderar o adicional na base de cálculo do imposto de renda no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) anual.

Expectativa de realização do crédito tributário

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. Apresentamos, a seguir, a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a base de cálculo negativa, em 31 de dezembro de 2023.

Exercícios	Total
2025	16.096
2026	14.740
2027	16.791
2028	19.410
2029	21.932
Entre 2030 até o final do contrato de concessão (*)	374.061
Total	463.030

(*) A Companhia estima que realização do prejuízo fiscal ocorrerá até o ano de 2037, enquanto a realização das diferenças temporárias será até o final do período da concessão, em janeiro de 2050.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Desde a entrada em operação, no segundo semestre de 2019, a Companhia não possui histórico de lucros, entretanto, em atendimento a sua política contábil de reconhecimento dos tributos diferidos constituídos sobre o Prejuízo Fiscal e sobre a Base Negativa da Contribuição Social, realizou, em dezembro de 2023, a estimativa de realização destes tributos de acordo com as determinações dos itens 34 a 37 do CPC 32 / IAS 12. Esta estimativa considerou o fluxo do teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*), por se tratar de um fluxo originário do Plano de Negócios aprovado pela Conselho de Administração, não considerando quaisquer receitas ou reduções de custos que estejam vinculados a ações judiciais e/ou outros fatores que dependam de decisões de terceiros, se concentrando de maneira exclusiva nos contratos firmados para a parcela substancial da energia a ser gerada ao longo do contrato de concessão e seus resultados.

13 Imobilizado

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconhecime nto) de provisão	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Geração							
Em curso							
Edificações, obras e benfeitorias a ratear	275	4	-	(275)	-	-	4
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear (iii)	152.496	8.833	-	(16.782)	-	-	144.547
Máquinas e equipamentos	-	1.180	-	(1.180)	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores (i)	636	-	-	-	-	(172)	464
	153.407	10.017	-	(18.237)	-	(172)	145.015
Terrenos a pagar (ii.a)	770	-	-	(199)	-	-	571
Medições (ii.b)	584	-	-	-	-	-	584
Subtotal – Geração em curso	154.761	10.017	-	(18.436)	-	(172)	146.170

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

		Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconhecime nto) de provisão	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Em serviço								
Veículos		752	-	-	-	-	-	752
Terrenos		392.837	116	-	199	-	-	393.152
Reservatórios		1.891.763	-	-	16.782	-	-	1.908.545
Edificações		490.387	-	-	1.123	-	-	491.510
Máquinas e equipamentos		267.211	822	-	332	-	-	268.365
Móveis e utensílios		930	-	-	-	-	-	930
(-) Depreciação acumulada – Veículos	(iv)	(314)	-	(70)	-	-	-	(384)
(-) Depreciação acumulada – Terrenos	(iv)	(38.126)	-	(9.068)	-	-	-	(47.194)
(-) Depreciação acumulada – Reservatórios	(iv)	(182.695)	-	(43.843)	-	-	-	(226.538)
(-) Depreciação acumulada – Edificações	(iv)	(48.085)	-	(11.449)	-	-	-	(59.534)
(-) Depreciação acumulada – Máquinas e equipamentos	(iv)	(29.262)	-	(7.016)	-	-	-	(36.278)
(-) Depreciação acumulada – Móveis e utensílios	(iv)	(169)	-	(39)	-	-	-	(208)
Subtotal – Geração em serviço		2.745.229	938	(71.485)	18.436	-	-	2.693.118
Total – Geração		2.899.990	10.955	(71.485)	-	-	(172)	2.839.288
Sistema de transmissão de conexão								
Em serviço		34.120	-	-	-	-	-	34.120
(-) Depreciação acumulada	(iv)	(3.428)	-	(812)	-	-	-	(4.240)
Total – Sistema de transmissão de conexão		30.692	-	(812)	-	-	-	29.880
Administração								
Em serviço		2.303	417	-	-	-	(19)	2.701
(-) Depreciação acumulada		(1.902)	-	(163)	-	-	4	(2.061)
Total – Administração		401	417	(163)	-	-	(15)	640
Total – Imobilizado		2.931.083	11.372	(72.460)	-	-	(187)	2.869.808
(-) Provisão para redução do valor recuperável		(757.826)	-	-	-	(21.895)	-	(779.721)
Total – Imobilizado líquido		2.173.257	11.372	(72.460)	-	(21.895)	(187)	2.090.087

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

		Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconhecimento) de provisão	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Geração								
Em curso								
Terrenos		384	-	-	(384)	-	-	-
Edificações, obras e benfeitorias a ratear		275	-	-	-	-	-	275
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear	(iii)	146.628	33.262	-	(28.256)	862	-	152.496
Adiantamentos a fornecedores	(i)	620	16	-	-	-	-	636
		147.907	33.278	-	(28.640)	862	-	153.407

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

		Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconhecimento) de provisão	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Terrenos a pagar	(ii.a)	820	-	-	-	(50)	-	770
Medições	(ii.b)	2.552	-	-	-	(1.968)	-	584
Subtotal – Geração em curso		151.279	33.278	-	(28.640)	(1.156)	-	154.761
Em serviço								
Veículos		752	-	-	-	-	-	752
Terrenos		392.434	19	-	384	-	-	392.837
Reservatórios		1.863.507	-	-	28.256	-	-	1.891.763
Edificações		490.387	-	-	-	-	-	490.387
Máquinas e equipamentos		266.171	1.040	-	-	-	-	267.211
Móveis e utensílios		928	2	-	-	-	-	930
(-) Depreciação acumulada – Veículos	(iv)	(241)	-	(73)	-	-	-	(314)
(-) Depreciação acumulada – Terrenos	(iv)	(28.792)	-	(9.334)	-	-	-	(38.126)
(-) Depreciação acumulada – Reservatórios	(iv)	(136.799)	-	(45.896)	-	-	-	(182.695)
(-) Depreciação acumulada – Edificações	(iv)	(36.326)	-	(11.759)	-	-	-	(48.085)
(-) Depreciação acumulada – Máquinas e equipamentos	(iv)	(22.093)	-	(7.169)	-	-	-	(29.262)
(-) Depreciação acumulada – Móveis e utensílios	(iv)	(129)	-	(40)	-	-	-	(169)
Subtotal – Geração em serviço		2.789.799	1.061	(74.271)	28.640	-	-	2.745.229
Total – Geração		2.941.078	34.339	(74.271)	-	(1.156)	-	2.899.990
Sistema de transmissão de conexão								
Em serviço		34.120	-	-	-	-	-	34.120
(-) Depreciação acumulada	(iv)	(2.590)	-	(838)	-	-	-	(3.428)
Total – Sistema de transmissão de conexão		31.530	-	(838)	-	-	-	30.692
Administração								
Em serviço		2.102	230	-	-	-	(29)	2.303
(-) Depreciação acumulada		(1.770)	-	(155)	-	-	23	(1.902)
Total – Administração		332	230	(155)	-	-	(6)	401
Total – Imobilizado		2.972.940	34.569	(75.264)	-	(1.156)	(6)	2.931.083
(-) Provisão para redução do valor recuperável		(720.678)	-	-	-	(37.148)	-	(757.826)
Total – Imobilizado líquido		2.252.262	34.569	(75.264)	-	(38.304)	(6)	2.173.257

A Companhia é vedada de alienar ou ceder, a qualquer título, sem a prévia e expressa autorização da ANEEL os bens vinculados a concessão.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- (i) Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.
- (ii) As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos (ii.a) proprietários dos terrenos, aguardam resolução de pendências documentais condicionadas as escrituras; e aos (ii.b) fornecedores, que aguardam decisões judiciais/inventários. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.

- (iii) Referem-se, substancialmente, aos projetos e programas socioambientais em atendimento a Licença de Operação, os quais a Companhia estima que sejam concluídos até dezembro de 2026, conforme detalhado na nota explicativa 19.
- (iv) A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados e os bens em que a vida útil ultrapassam o período de concessão, têm vida útil econômica limitada até o final do prazo da concessão.

A Companhia mantém em seus controles de ativos os bens do investimento em P&D no qual ao valor da despesa depreciação é revertido do resultado e controlado no Passivo Não Circulante "Obrigações Especiais da Concessão" no valor R\$ 24.

a) Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício

Durante o exercício, a Companhia revisou o valor recuperável de sua unidade geradora de caixa, a qual é composta pelo ativo imobilizado, representado substancialmente pela usina e seus correspondentes equipamentos de geração e pelo ativo intangível relacionado a utilização do bem público – UBP, tendo em vista os atrasos iniciais nas obras de construção do empreendimento, motivados entre outras razões pela ausência de licenças ambientais. Em 2016 a Companhia enfrentou atrasos na emissão da Autorização de Supressão Vegetal, na margem esquerda do rio Teles Pires e em 2019 na emissão da Licença de Operação.

O cálculo do valor em uso baseou-se em fluxos de caixa operacionais projetados até o final da concessão, descontados a valor presente, mantendo-se as condições comerciais da Companhia. A taxa de desconto utilizada para mensurar o valor em uso foi definida a partir da metodologia WACC - *Weighted Average Capital Cost*, considerando o Custo de Capital Próprio nominal (K_e), calculado por meio do método CAPM – *Capital Asset Pricing Model*. A taxa de desconto foi de 11,0 % em 30 de setembro de 2023 (10,12% em 30 de setembro de 2022), data-base para qual a administração aplica o teste de redução ao valor recuperável.

Referências internas como o orçamento aprovado pela Companhia, dados históricos ou passados, atualização do cronograma de obras e montante de investimentos para empreendimentos em curso, embasam a definição de premissas chaves pela Administração. Para tanto, a Companhia possui um orçamento, revisado anualmente, aprovado pelos Administradores, conforme as demandas identificadas pelos gestores, alinhado ao seu Plano de Negócios. No mesmo contexto, referências externas como o nível de consumo de energia elétrica, preço de Liquidação das Diferenças (PLD) no mercado livre e a disponibilidade de recursos hídricos subsidiam as principais premissas do fluxo de caixa estimado.

Cabe observar que as diversas premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixa futuros podem ser afetadas por eventos incertos, o que pode gerar oscilações nos resultados. Mudanças no modelo político e econômico, por exemplo, podem resultar em alta na projeção do risco-país, elevando a taxa de desconto utilizada para descontar os fluxos de caixa operacionais a valor presente.

O cálculo do valor em uso levou em consideração as seguintes premissas:

- Receitas projetadas de acordo com os contratos vigentes, e expectativa de mercado futuro, sem previsão de renovação da concessão;
- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Despesas projetadas a partir do orçamento aprovado pela Companhia;
- Atualização das taxas de desconto após os impostos, específica para a unidade geradora de caixa, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC);

A revisão resultou no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 21.895, reconhecida no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável foram incluídas no resultado na rubrica “Provisão para Redução Valor Recuperável”. A usina e seus respectivos equipamentos foram reduzidos ao seu valor recuperável com base no valor em uso de R\$ 2.108.655, que corresponde ao valor contábil líquido do ativo imobilizado em 30 de setembro de 2023, (R\$ 2.222.841 em 30 de setembro de 2022), data-base para qual a administração aplica o teste de redução ao valor recuperável de forma consistente.

Provisão para perda por redução ao valor recuperável

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(757.826)	(720.678)
Provisão	(21.895)	(37.148)
Total impairment	(779.721)	(757.826)

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o valor recuperável da UGC era como segue:

Valor recuperável	31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado	2.090.087	2.173.257
Intangível	30.770	31.814
	2.120.857	2.205.071

14 Intangível

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

	Saldo em 31/12/2022	Adições (+)	Amortização (-)	Reversões	Saldo em 31/12/2023
Geração					
Em serviço					
Software – GER	134	154	-	-	288
(-) Amortização Softwares – GER	(49)	-	(24)	-	(73)
UBP (i)	35.428	-	-	-	35.428
(-) Amortização– acumulada – UBP (ii)	(3.708)	-	(1.172)	-	(4.880)
Total – Geração	31.805	154	(1.196)	-	30.763
Administração Central					
Em serviço	1.017	-	-	-	1.017
(-) Amortização acumulada	(1.008)	-	(2)	-	(1.010)
Total – Administração	9	-	(2)	-	7
Total	31.814	154	(1.198)	-	30.770

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

	Saldo em 31/12/2021	Adições (+)	Amortização (-)	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Geração					
Em serviço					
Software – GER	80	54	-	-	134
(-) Amortização Softwares – GER	(30)	-	(19)	-	(49)
UBP (i)	43.543	-	-	(8.115)	35.428
(-) Amortização– acumulada – UBP (ii)	(6.526)	-	(1.171)	3.989	(3.708)
Total – Geração	37.067	54	(1.190)	(4.126)	31.805
Administração Central					
Em serviço	1.017	-	-	-	1.017
(-) Amortização acumulada	(1.004)	-	(4)	-	(1.008)
Total – Administração	13	-	(4)	-	9
Total	37.080	54	(1.194)	(4.126)	31.814

- (i) Geração – Em serviço – Utilização do Bem Público
 Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento nominal anual de R\$ 1.531. O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018 e o término previsto em janeiro de 2050.

O montante pago é atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação está registrada no passivo circulante (R\$ 2.647 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 2.549 em 31 de dezembro de 2022) e não circulante (R\$ 34.236 em 31 de dezembro de 2023 e R\$ 34.537 em 31 de dezembro de 2022). Nota Explicativa nº 18, em contrapartida ao intangível a valor presente descontado pela taxa de 8,3 % a.a., (9,07% em 31 de dezembro de 2022) decorrente da obtenção da Licença de Instalação do Empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo circulante e não circulante são contabilizados em despesas financeiras.

- (ii) Administração – Em serviço, saldo referente ao registro no intangível de *software*.

15 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Energia comprada para revenda (i)	9.079	7.110
Materiais e serviços (ii)	4.938	3.375
EUST (iii)	4.149	4.590
Partes relacionadas (iv)	2.888	2.753
Seguros a pagar (v)	1.780	1.750
Outros (vi)	1.632	2.190
	24.466	21.768

- (i) Referem-se a provisão para compra de energia elétrica do exercício.
 (ii) Referem-se aos materiais/serviços para a operação e manutenção da usina.
 (iii) Referem-se aos EUST's prestados pelas transmissoras.
 (iv) Referem-se a saldos em aberto à fornecedores partes relacionadas: (a) serviços prestados pela EDF Serviços e (b) EUST prestados pela Eletronorte e CHESF, veja nota explicativa 29.
 (v) Refere-se, substancialmente, ao seguro de risco operacional, seguros de veículos, vidas e prediais.
 (vi) Referem-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório e gastos com passagens, hospedagens, seguros, locadoras de veículos, assessorias financeiras e jurídicas, retenções contratuais etc.

16 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o BNDES um crédito de R\$ 1.046.000 destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento é atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros determinados no contrato incorridos até a data das demonstrações financeiras.

As principais informações a respeito do financiamento com o BNDES são as seguintes:

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2023

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a. + TJLP	41.856	-	(1.101)	40.755
		-	4.066	-	4.066
		41.856	4.066	(1.101)	44.821
Não circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a.	1.104.313	-	(14.787)	1.089.526
		1.104.313	-	(14.787)	1.089.526
Total do financiamento		1.146.169	4.066	(15.888)	1.134.347

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2022

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a. + TJLP	38.065	-	(1.098)	36.967
		38.065	-	(1.098)	36.967
Não circulante					
Financiamentos	Pré 2,88% a.a.	1.134.803	-	(15.889)	1.118.914
Atualização	TJLP	-	4.161	-	4.161
		1.134.803	4.161	(15.889)	1.123.075
Total do financiamento		1.172.868	4.161	(16.987)	1.160.042

Movimentação do financiamento BNDES e debêntures (nota explicativa 17) em 31 de dezembro de 2023 – (12 meses)

	Passivos		
	Financiamento BNDES	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.160.042	299.180	1.459.222
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Amortização de principal	(38.287)	(12.827)	(51.114)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(38.287)	(12.827)	(51.114)
Outras variações			
Provisão de juros	110.629	38.289	148.918
Pagamento de juros	(99.135)	(24.214)	(123.349)
Custo de transação	1.098	878	1.976
Total de outras variações	12.592	14.953	27.545
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.134.347	301.306	1.435.653

Movimentação do financiamento BNDES e debêntures (nota explicativa 17) em 31 de dezembro de 2022 - (12 meses)

	Passivos		
	Financiamento BNDES	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.117.858	288.104	1.405.962
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Financiamentos captados	981	-	981
Amortização de principal	(17.804)	(7.578)	(25.382)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(16.823)	(7.578)	(24.401)
Outras variações			
Provisão de juros	108.232	41.866	150.098
Pagamento de juros	(50.323)	(24.091)	(74.414)
Custo de transação	1.098	879	1.977
Total de outras variações	59.007	18.654	77.661
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.160.042	299.180	1.459.222

Movimentação do exercício do custo incremental findo em 31 de dezembro de 2023 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Custo incremental	16.986	-	(1.098)	15.888

Movimentação do exercício do custo incremental findo em 31 de dezembro de 2022 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Custo incremental	18.085	-	(1.098)	16.987

Segundo o CPC 48, os custos incrementais são diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de passivo financeiro. Os custos incrementais devem incluir taxas e comissões pagas a agentes, consultores, corretores e revendedores, impostos e encargos de transferências. Os custos de transação não devem incluir prêmios ou descontos de dívida, custos de financiamento ou custos administrativos internos ou de retenção.

A Companhia reconheceu no momento de emissão de financiamentos os custos incrementais relativos aos financiamentos. Após a entrada em operação comercial, os custos são apropriados de forma mensal em contrapartida a despesas financeiras.

O saldo do contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos (“A”, “B” e “D”). As parcelas, compostas de principal e juros serão amortizadas em 240 prestações mensais: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

No dia 11 de novembro de 2021, a Companhia recebeu a Carta AE/DEENE1 nº 093/2021 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a qual autorizou a suspensão temporária (*standstill*) de 15 de dezembro de 2021 até 15 de junho de 2022 dos pagamentos das parcelas de principal e dos juros remuneratórios do Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 16.2.0270.1, no qual foi disponibilizado ao mercado desde março de 2020 para o enfrentamento dos efeitos adversos financeiros da pandemia do corona vírus e também no enfrentamento da crise hídrica de 2021. A Companhia retomou os pagamentos a partir de 15 de julho de 2022.

Em função da definição da garantia física em 242,8 MW médios pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito “C”, no valor de R\$ 28.000, conforme a Cláusula 17ª – Condições de Liberação da Colaboração Financeira, o que havia estabelecido um patamar mínimo de garantia física de 243,9 MW médios.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	5.000	TJLP	Implantação de projetos e programas de investimentos sociais da Companhia
Total	<u>1.018.000</u>		

A liberação do restante dos subcréditos, que sofrem atualização monetária pelo TJLP, ocorrerá de acordo com as etapas de operacionalização do projeto e da realização dos programas de investimentos sociais. A seguir apresentamos o cronograma previsto para a liberação do saldo a receber com os montantes expressos em valor de face:

Período

Subcrédito D

Entre fevereiro/2024 até dez/2024

1.150

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Vencimentos:	Total
2024 (*)	44.821
2025	42.004
2026	45.729
2027	49.782
2028	54.200
2029	59.007
Após 2029	853.591
Total da dívida com encargos	1.149.134
Custo incremental de longo prazo	(14.787)
	1.134.347
(*)	
Valor do principal	41.856
Encargos	4.066
Custo incremental	(1.101)
	44.821

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da operação constituem:

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios de que a Companhia é titular decorrentes do Contrato de Concessão em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento.
- Penhor, em caráter irrevogável e irretroatável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, da totalidade das ações da Sinop Energia detidas pelos atuais Controladores da Companhia em favor do BNDES.
- Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas, relacionados nos respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios celebrados individualmente entre cada acionista mencionado acima e o BNDES.
- Fiança corporativa do acionista da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (EDFNF) e da acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda de pagamento feita pelo BNDES, relativamente ao saldo da dívida, sempre limitada às seguintes proporções: EDFNF 51% e ELETROBRAS 49%, em que as fianças serão dispensadas pelo BNDES, após 31 de dezembro de 2019, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 19ª (Conclusão Física e Financeira) do contrato de financiamento. Adicionalmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 11, o contrato de financiamento com o BNDES também determina a criação de Contas Reservas.
- Com a Reorganização Societária, por parte da Acionista EDF Norte Fluminense, não houve alterações no garantidor dos contratos de financiamentos, permanecendo inalterada todas as garantias dos contratos de financiamento.

O contrato de financiamento com o BNDES possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capital Próprio (ICP) – Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), anual, – LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social, dividido pela Amortização de principal e pagamento de juros. Adicionalmente, o contrato de financiamento com o BNDES determina que o ICP e o ICSD deverão ser calculados e apresentados, anualmente, até o primeiro dia útil de maio de cada ano civil, nas notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício anterior, auditadas por auditor independente cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Índice de Capital Próprio (ICP)

O contrato de financiamento com o BNDES determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, anualmente medido, de Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% (vinte por cento).

A Companhia mantém o índice de capitalização confortável, o índice exigido pelo BNDES é de 20%, sendo este, o resultado da razão do Patrimônio Líquido/Ativo total, o índice total no final de dezembro de 2023 está em 44,7% (45,5% em 31 de dezembro de 2022).

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O contrato de financiamento com o BNDES requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados: (i) a Companhia não poderá realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, a distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior; e (ii) não atingirá todas as condições prévias necessárias para a liberação da fiança corporativa.

Ainda que o ICSD não tenha sido atingido neste exercício, a Companhia está adimplente com índice requerido pelo contrato, conforme demonstrativo abaixo:

Ano	2022	2023
ICSD	1,21	0,75

17 Debêntures

Características

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia emitiu 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 236.000 (“Segunda Emissão de Debêntures”). A integralização das debêntures foi realizada à vista, dividida em R\$ 208.722 em 03 de julho de 2018 e R\$ 27.278 em 10 de julho de 2018, em moeda corrente nacional, pelo preço da subscrição das debêntures, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3, a partir da data de início da distribuição das debêntures. O resultado do processo do *Bookbuilding* permitiu a emissão das debêntures com a taxa final de IPCA + 7,9461%. A totalidade dos recursos obtidos, no montante de R\$ 223.739, líquidos dos custos de captação, destinaram-se à construção da UHE Sinop.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão – Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos de juros semestrais e principal anual a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória

Amortização do valor nominal atualizado mais os juros

O valor nominal atualizado mais os juros serão amortizados em 26 (vinte e seis) parcelas, sendo a primeira parcela realizada em 15 de dezembro de 2019 e a última em 15 de junho de 2032, conforme cronograma abaixo, ressalvada a hipótese de vencimento antecipada da totalidade das debêntures:

Vencimentos	Valores
2024 (*)	19.049
2025	23.898
2026	29.673
2027	35.795
2028	40.659
2029	38.462
A partir de 2029	120.346
Total da dívida com encargos	307.882
Custo incremental de longo prazo	(6.576)
	301.306
(*)	
Valor do principal	18.970
Encargos	934
Custo incremental	(855)
	19.049

Período de capitalização, capitalização e periodicidade de pagamentos dos juros remuneratórios

O período de capitalização das debêntures será o intervalo de tempo que se inicia na data da subscrição, ou na data de incorporação imediatamente anterior ou na data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior no caso dos demais períodos de capitalização das debêntures e termina na data de incorporação ou data de pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, em que: (i) os juros remuneratórios calculados no período compreendido entre a data de subscrição e o dia 15 de junho de 2019 (exclusive) foram integralmente capitalizados e incorporados ao valor nominal atualizado em 15 de junho de 2019 (“data da incorporação”); (ii) o primeiro pagamento de juros remuneratórios foi realizado em 15 de dezembro de 2019; e (iii) os demais pagamentos de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na data de vencimento, 15 de junho de 2032.

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da emissão constituem:

Compartilhamento de garantias detidas pelo BNDES

Fiança corporativa dos atuais acionistas controladores de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda sempre limitada às seguintes proporções: CHESF 24,5%; ELETRONORTE 24,5% e EDFNF 51%. As fianças serão dispensadas, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 3.9.1.4 (*Completion* Físico e Financeiro do Projeto).

Para mais detalhes, consulte o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Companhia, disponível no *site* na rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários e, ainda, o *site* de Relações com Investidores da Sinop Energia.

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capitalização (IC) – Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) – LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social, dividido pela amortização de principal e pagamento de juros.

- Com a Reorganização Societária, por parte da Acionista EDF Norte Fluminense, não houve alterações no garantidor dos contratos de financiamentos, permanecendo inalterada todas as garantias dos contratos de financiamento.

Índice de Capitalização (IC)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que, para fins de comprovação do *Completion* Físico e Financeiro, entre outras condições cumulativas, a Companhia apresente índice de capitalização igual ou superior a 20% (vinte por cento) com base em Demonstrações Financeiras anuais auditadas. Adicionalmente, é vedado o resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia ou a distribuição de juros sobre capital próprio ou dividendos ou, ainda, o pagamento de quaisquer outros valores a seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes da Escritura e dos Contratos de Garantia Real e comprovar, cumulativamente: (i) o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto; (ii) o ICSD, anual, superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 2 (dois) anos consecutivos imediatamente anteriores; e (iii) IC igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), ambos comprovados mediante a apresentação das Demonstrações Financeiras contábeis auditadas.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

Além da condição mencionada acima, a Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que constitui um evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado não automático a apuração do ICSD, anual, num patamar inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) por três anos consecutivos ou por três anos intercalados.

Ainda que o ICSD não tenha sido atingido neste exercício, a Companhia está adimplente com índice requerido pelo contrato, conforme demonstrativo abaixo:

Ano	2022	2023
ICSD	1,21	0,75

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2023

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461% a.a.	18.970	-	(855)	18.115
Atualização		-	934	-	934
		18.970	934	(855)	19.049
Não circulante					
Debêntures		288.833	-	(6.576)	282.257
		288.833	-	(6.576)	282.257
Total das debêntures		307.803	934	(7.431)	301.306

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2022

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461% a.a.	12.452	-	(711)	11.741
Atualização		-	1.120	-	1.120
		12.452	1.120	(711)	12.861
Não circulante					
Debêntures		293.917	-	(7.598)	286.319
		293.917	-	(7.598)	286.319
Total das debêntures		306.369	1.120	(8.309)	299.180

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 - (12 meses)

	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/12/2023
Circulante						
Debêntures	11.741	(12.827)	-	19.113	88	18.115
Atualização	1.120	(24.214)	4.852	19.176	-	934
	12.861	(37.041)	4.852	38.289	88	19.049
Não circulante						
Debêntures	286.319	-	(4.852)	-	790	282.257
	286.319	-	(4.852)	-	790	282.257
Total das debêntures	299.180	(37.041)	-	38.289	878	301.306

Movimento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2021	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/12/2022
Circulante						
Debêntures	7.415	(7.578)	-	11.816	88	11.741
Atualização	2.208	(24.091)	(7.047)	30.050	-	1.120
	9.623	(31.669)	(7.047)	41.866	88	12.861
Não circulante						
Debêntures	278.481	-	7.047	-	791	286.319
	278.481	-	7.047	-	791	286.319
Total das debêntures	288.104	(31.669)	-	41.866	879	299.180

Movimentação do exercício do custo incremental findo em 31 de dezembro de 2023 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Custo incremental	8.309	-	(878)	7.431

Movimentação do exercício do custo incremental findo em 31 de dezembro de 2022 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Custo incremental	9.188	-	(879)	8.309

18 Uso do Bem Público

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 - (12 meses)

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.549	34.537	37.086
Atualizações monetárias	119	2.041	2.160
Pagamentos	(2.651)	-	(2.651)
Transferências	2.651	(2.651)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.668	33.927	36.595

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - (12 meses)

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.465	35.554	37.019
Atualizações monetárias	142	2.428	2.570
Pagamentos	(2.503)	-	(2.503)
Transferências	3.445	(3.445)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.549	34.537	37.086

Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento nominal anual de R\$ 1.531 (definido no contrato de concessão). O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018 e o término previsto em janeiro de 2050. O montante pago é atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A atualização da obrigação foi registrada em contrapartida ao Uso do Bem Público – Intangível durante o período de construção da Usina. Após a entrada em operação da UHE Sinop, o passivo de UBP é atualizado monetariamente em contrapartida a despesas financeiras e amortizado por meio de pagamentos mensais.

19 Provisões socioambientais

Referem-se às provisões relacionadas aos gastos futuros com os programas socioambientais, a qual foi agregada ao custo do reservatório (Capex) e resultados do exercício (Opex).

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 - (12 meses)

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34.558	62.433	96.991
Adições	327	1.297	1.624
Atualizações monetárias	502	1.996	2.498
Baixas	(24.053)	(1.266)	(25.319)
Transferências	19.293	(19.293)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	30.627	45.167	75.794

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - (12 meses)

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.208	49.919	68.127
Adições	19.671	16.966	36.637
Atualizações monetárias	723	3.589	4.312
Baixas	(20.987)	-	(20.987)
AVP	-	8.902	8.902
Transferências	16.943	(16.943)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	34.558	62.433	96.991

(*) Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (Canteiro de Obras), Subprograma de Acompanhamento dos Direitos Minerários, Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática, Programa de Monitoramento da Ictiofauna, Subprograma de Mitigação de Impactos Sobre as Espécies Migratórias de Interesse Comercial, Subprograma de Monitoramento Limonológico e de Qualidade da Água, Subprograma de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas, Remanejamento da População, PRAD APP do Reservatório (3.000 hectares) e o Projeto Peixes, TAC Vinculado ao Sistema Sincar, TAC Projeto ampliação laboratório SEMA, Apoio ao município Sinop, SNUC, ACP, TAC compensações ambientais.

TAC 06/2022: Construção da DEMA, Projeto de terraplanagem e topografia, construção da Delegacia de Polícia Judiciária do município de Cláudia, Implantação do Laboratório da POLITEC, Projeto Água do Futuro, Projeto SISPECA, Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual, Projeto Implemento de Equipamento para Segurança Orgânica e Rede Lógica do Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental, Fundo Estadual do Meio Ambiente e Fundo Municipal de Meio Ambiente do Município de Cláudia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia revisitou as provisões e concluiu que os valores substanciais são relacionados a: (i) termos de compensações ambientais que não sofrem reajustes de atualizações monetárias; e (ii) valores de provisões baseados em contratações anteriores, contabilizados a valor presente.

Durante este exercício a Companhia realizou R\$ 2.839 no PRAD (Programa de Recuperação de Áreas Degradadas), R\$ 1.301 no Projeto Peixes, R\$ 3.083 no TAC Sistema SIMCAR, R\$ 3.000 no TAC Projeto laboratório SEMA, R\$ 1.695 TAC Moveis SEMA, R\$ 2.149 SNUC, R\$ 1.009 no TAC Compensação Impactos Ambientais, e R\$ 4.048 no ANPP (Acordo de Não Persecução Penal) e TAC 06/2022. Sendo estes os valores substanciais baixados.

20 Provisões

Refere-se a compromissos compulsórios contratados pela Companhia referente a compra de energia elétrica cujos custos excedem os benefícios econômicos que se espera. Os montantes relativos aos períodos de curto e longo prazo estão reconhecidos a valor presente como segue:

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-
Constituições	17.904	15.458	33.362
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.904	15.458	33.362

21 Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas.

Os valores envolvidos nessas ações dependem das avaliações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, devendo ser liquidados e quantificados em momentos oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, constituída de acordo com o IAS 37/CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Contingências classificadas com probabilidade “provável” **Movimentações em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022**

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	135	127
Adições	21	8
Saldo final	156	135

A Companhia é ré em processos trabalhistas e os processos estão tramitando na Justiça Trabalhista no Estado do Maranhão.

Contingências classificadas com probabilidade “possível”

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores, especialmente quando o risco de perda é possível.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 274.831 (R\$ 248.801 em 31 de dezembro de 2022), tais como: processos trabalhistas envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária, e regulatórios, fiscais e ambientais — Ação Civil Pública (ACP) —, tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 - (12 meses)

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
Cíveis e outras (i).(a)	176.122	47.597	(26.529)	197.190
Tributárias (ii)	71.962	3.919	-	75.881
Trabalhistas (iii)	717	1.096	(53)	1.760
Total	248.801	52.612	(26.582)	274.831

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Cíveis e outras (i)	219.984	16.304	(60.166)	176.122
Tributárias (ii)	-	71.962	-	71.962
Trabalhistas (iii)	883	229	(395)	717
Total	220.867	88.495	(60.561)	248.801

(i) Cíveis

As contingências cíveis são de autoria de Entidades Públicas e equiparadas, tais como: SEMA, Ministério Público Federal, Prefeituras e sindicatos (R\$ 43.666) e Pessoas Físicas e Jurídicas (R\$ 153.524). (i.a) As adições de R\$ 47.597 referem se substancialmente a atualização monetária devido ao fato de que uma ação contra a Companhia estava tramitando no TJMT (onde foi ajuizada inicialmente e que possui um sistema específico de atualização) e passou a tramitar, em agosto de 2023, no TJDFT (para onde foi remetida e que possui outro sistema de atualização). As baixas de R\$ 26.529 referem se substancialmente a um recurso com perda de objeto tendo em vista a celebração de um Termo de Compromisso com a SEMA/MT, em janeiro de 2019, no valor de R\$ 26.515 e contabilizado nas provisões socioambientais e que atualmente o saldo residual dessa provisão é de R\$ 16.369. Entretanto, o recurso administrativo permanece pendente junto à SEMA/MT até o cumprimento integral do Termo de Compromisso.

(ii) Tributárias

a) Município de Itaúba

O município de Itaúba instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante atualizado no valor de R\$ 13.299, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhidos a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a Construtora Triunfo.

Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.

Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Município ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais. Processo concluso para saneamento desde 19 de abril de 2021.

b) Município de Cláudia

O município de Cláudia instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante atualizado de R\$ 46.049, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhidos a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a Construtora Triunfo.

Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.

Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Município ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais. Processo aguardando a conclusão da perícia técnica.

Para ambos os processos tributários, a Companhia argumenta em sua defesa a ausência do termo de inscrição e da notificação do contribuinte, à luz da Lei de Execuções Fiscais, assim como a ofensa ao princípio da legalidade e publicidade, uma vez que a inscrição é ato do processo administrativo tributário, intrínseco a legalidade e elementar ao contraditório de todo processo.

c) Receita Federal do Brasil

Multa em face da apresentação da ECF com informações inexatas, incorretas ou omitidas nos anos de 2017 e 2018. A Companhia impugnou administrativamente, pleiteando o cancelamento integral do lançamento tributário que formalizou a exigência de multa regulamentar. A impugnação não foi acolhida e em março de 2023 a Companhia apresentou recurso voluntário ao CARF.

Para este processo tributário, a Companhia argumenta: (i) presença de efeito confiscatório na imposição da penalidade, passível de aferição tanto na Lei como na aplicação da mesma por parte da autoridade fiscal; (ii) erro de critério jurídico na aplicação da penalidade; (iii) indevida aplicação da penalidade aos casos em que a conduta do contribuinte já tem outra penalidade específica aplicável; e (iv) incorreta duplicidade de aplicação da penalidade, caracterizada pela sua dupla incidência sobre os mesmos fatos na esfera de tributos distintos.

A Companhia entende que o risco do processo é possível e o valor atualizado é de R\$ 15.486.

(iii) Trabalhistas

As contingências trabalhistas de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos artigos 467 e 477 da CLT.

22 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 2.234.136, que compreende 2.234.136 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 2.234.136, até o limite de 2.234.136 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	547.363	547.363	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco CHESF	547.363	547.363	24,5%
EDF Brasil Holding S.A.	<u>1.139.410</u>	<u>1.139.410</u>	<u>51,0%</u>
	<u>2.234.136</u>	<u>2.234.136</u>	<u>100,0%</u>

Resultado líquido por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
(Prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias	(55.190)	(77.624)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.234.136	2.234.136
(Prejuízo) por ação (básico) - R\$	(0,02470)	(0,03474)
(Prejuízo) por ação (diluído) - R\$	(0,02470)	(0,03474)

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o resultado por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que a Companhia não possui instrumentos diluidores emitidos nestes exercícios.

O prejuízo contábil deverá ser, obrigatoriamente, absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nesta ordem. Desta forma, o saldo da conta "Reserva Legal (PL)" e "Reserva de Capital (PL)" somente poderão ser utilizadas para compensação do prejuízo apurado no exercício na hipótese de não haver saldo suficiente nas contas "Lucros ou Prejuízos Acumulados (PL)" e "Reserva de Lucros (PL)".

23 Receitas líquidas com vendas de energia elétrica

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas com vendas de energia - (i) ACR	359.349	339.687
Receitas com vendas de energia - (ii) ACL	11.342	10.572
Receitas com vendas de energia - (iii) CCEE (*)	20.461	6.499
COFINS sobre venda de energia elétrica	(29.727)	(27.103)
PIS sobre venda de energia elétrica	(6.454)	(5.884)
Encargos setoriais	<u>(13.847)</u>	<u>(13.986)</u>
	341.124	309.785

Referem-se à comercialização de energia elétrica de:

(i) ACR		
MWh	1.890.408	1.890.408
Preço médio – em R\$	190,09	179,69
(ii) ACL		
MWh	50.107	50.107
Preço médio – em R\$	226,34	210,99
(iii) CCEE		
MWh	67.749	113.797
Preço médio – em R\$(**)	69,04	57,11

(*) Em agosto de 2022, a Companhia pleiteou o expurgo de horas indisponíveis, referente ao período de novembro de 2020 a janeiro de 2021 (45 dias), em que a UHE Sinop ficou com restrições operativas por questões ambientais (SEMA/MT). Após o deferimento da ANEEL, através do Despacho N° 3.607, em fevereiro de 2023 ocorreu a recontabilização dos efeitos do expurgo na CCEE, referente ao período de janeiro de 2021 a novembro de 2022 no valor de R\$ 15.783. Posteriormente, haverá ainda a recontabilização referente ao período de novembro de 2020 a dezembro de 2020.

(**) Preço médio de liquidação no Mercado de Curto Prazo, referente ao período, desconsiderando o valor do expurgo de horas indisponíveis (*) no valor de R\$ 15.783.

24 Energia elétrica comprada para revenda e risco hidrológico

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Energia elétrica comprada para revenda contratos bilaterais (i) (*)	(41.737)	(51.006)
Energia elétrica comprada para revenda CCEE (ii)	(7.035)	(3.247)
Risco hidrológico	<u>(28.393)</u>	<u>(26.844)</u>
	(77.165)	(81.097)
(i)		
MWh	175.200	227.760
Preço médio – em R\$	238,22	223,95
(ii)		
MWh	94.341	56.975
Preço médio – em R\$	74,57	56,99

(*) Referem-se à aquisição de energia elétrica, deduzidos os tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS).

25 Encargos de uso do sistema de transmissão

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Encargos de uso do sistema de transmissão	<u>(53.187)</u>	<u>(49.638)</u>
	(53.187)	(49.638)

Contemplam os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP).

26 Outros custos com geração de energia elétrica

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depreciações e amortizações (i)	26a	(64.189)	(63.129)
Serviços de terceiros	26b	(25.088)	(33.561)
Outros (seguros, taxas regulatórias, materiais etc.)		(4.853)	(7.444)
Pessoal, encargos e benefícios	26c	<u>(2.841)</u>	<u>(4.578)</u>
		(96.971)	(108.712)

26a. Depreciações e amortizações

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	13 e		
- Depreciação/amortização – Geração (i)	14	(72.654)	(71.464)
- Depreciação – Sistema de conexão	13	<u>(812)</u>	<u>(838)</u>
		(73.466)	(72.302)
Créditos de PIS e Cofins		<u>9.277</u>	<u>9.173</u>
		(64.189)	(63.129)

26b. Serviços de terceiros

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Assessoria e consultoria de O&M	(17.876)	(10.815)
Programas ambientais – OPEX	(4.706)	(20.670)
Outros (Monitoramento, vigilância, transportes, energia elétrica etc.)	<u>(2.506)</u>	<u>(2.076)</u>
	(25.088)	(33.561)

26c. Pessoal, encargos e benefícios

	2023	2022
Remuneração de empregados	(1.396)	(2.244)
Encargos trabalhistas	(897)	(1.535)
Benefícios a empregados	(548)	(799)
	(2.841)	(4.578)

- (i) A Companhia revisou o saldo do imobilizado líquido, e considerou a provisão para redução ao valor recuperável de ativos para depreciação dos itens do ativo imobilizado, consistente com os requerimentos do CPC 01.63.

27 Despesas gerais e administrativas

	Nota	2023	2022
Pessoal, encargos e benefícios	27a	(6.887)	(6.714)
Serviços de terceiros	27b	(3.233)	(4.823)
Despesas tributárias (*)		(1.200)	-
Outros		(959)	(651)
Perdas não operacionais		(865)	-
Penalidades regulatórias e fiscais		(436)	(59)
Arrendamentos e aluguéis		(247)	(221)
Passagens e hospedagens		(208)	(150)
Materiais		(170)	(130)
Depreciações e amortizações	27c	(151)	(144)
		(14.356)	(12.892)

(*) Imposto de Renda sobre aplicação financeira prescritos que foram originados em 2015.

27a. Pessoal, encargos e benefícios

	2023	2022
Remuneração de empregados	(3.706)	(3.169)
Encargos trabalhistas	(2.064)	(2.517)
Benefícios a empregados	(1.117)	(1.028)
	(6.887)	(6.714)

27b. Serviços de terceiros

	2023	2022
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(2.351)	(3.932)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(397)	(453)
Outros	(246)	(166)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(148)	(129)
Monitoramento e vigilância	(91)	(143)
	(3.233)	(4.823)

27c. Depreciações e amortizações

	Nota	2023	2022
- Depreciação – Administração	13	(164)	(155)
- Amortização – Administração	14	(2)	(4)
		(166)	(159)
Créditos de PIS e Cofins		15	15
		(151)	(144)

28 Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	27.478	27.689
Atualizações monetárias	2.492	3.073
Outras receitas	23	285
Juros recebidos	2	21
Subtotal	29.995	31.068

	2023	2022
Despesas financeiras		
Encargos sobre os financiamentos BNDES e Debêntures	(150.894)	(152.075)
Atualizações monetárias	(4.901)	(13.927)
Juros pagos	(1.257)	(1.357)
Outras despesas financeiras	(633)	(446)
Subtotal	(157.685)	(167.805)
	(127.690)	(136.737)

29 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía transações com partes relacionadas, entre elas, seus administradores e controladores.

Os administradores da Companhia são os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, devidamente eleitos em Assembleia Geral, e, ainda, os diretores estatutários eleitos pelo Conselho de Administração.

Os controladores da Companhia são: EDF Holding Brasil S.A. (EDF), a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE); a Electricité de France International (EDFI) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS).

A EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda (EDF Projetos) é subsidiária integral do controlador da EDF Holding Brasil S.A.

Controladores

	2023			2022		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
ELETRONORTE						
Venda de energia elétrica (i)	496	-	5.671	474	-	5.286
EUST (ii)	-	336	(3.770)	-	399	(3.564)
	496	336	1.901	474	399	1.722
CHESF						
Venda de energia elétrica (i)	496	-	5.671	474	-	5.286
EUST (ii)	-	530	(6.061)	-	475	(5.457)
	496	530	(390)	474	475	(171)
EDF SERVIÇOS (iii)						
Serviços	-	2.022	(9.793)	-	1.879	(7.668)
	-	2.022	(9.793)	-	1.879	(7.668)
TOTAL	992	2.888	(8.282)	948	2.753	(6.118)

- (i) Energia elétrica vendida no ACL, com vencimento no dia 10 (dez) do mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 8(ii).
- (ii) Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão, com vencimentos nos dias 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) do mês subsequente e dia 5 (cinco) do segundo mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 15 (iv).
- (iii) Prestação de serviços de operação e manutenção da UHE Sinop e instalações associadas, com vencimento trimestral e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota explicativa nº 15 (iv).

Remuneração da Administração

De acordo com o art. 17º do Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração global da Administração e dos membros do Conselho Fiscal foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2023.

	2023	2022
Remuneração da diretoria (i)	(1.387)	(1.011)
Encargos trabalhistas e sociais dos diretores(ii)	(843)	(739)
Benefícios dos diretores (iii)	(376)	(331)
Remuneração dos Conselheiros (iv)	(410)	(274)
	(3.016)	(2.355)

- (i) Composta por ordenados e salários.
- (ii) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
- (iii) Compostos por benefícios concedidos, como assistência médica, seguros entre outros.
- (iv) Composta por ordenados e salários.

30 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber”, “Fundos vinculados”, “Fornecedores” e demais passivos financeiros.

Estimativa do valor justo

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui em seus registros instrumentos financeiros ao valor justo.

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros, como por exemplo, os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores estão registrados à custo amortizado, e, representam uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e títulos e valores mobiliários	6 e 7	137.812	151.762
Contas a receber	8	52.534	41.064
Fundos vinculados	11	99.007	111.084
		289.353	303.910
Fornecedores e prov. socioambientais	15 e 19	100.260	118.759
Contratos onerosos	20	33.362	-
Encargos setoriais		4.007	3.031
Provisões para contingências	21	156	135
Uso do Bem Público	18	36.595	37.086
Empréstimos e financiamentos	16	1.134.347	1.160.042
Debêntures	17	301.306	299.180
		1.610.033	1.618.233

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Gestão de gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de buscar uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido	22	1.304.241	1.359.431
Ativo total		2.916.856	2.982.804
Índice de capital próprio		0,45	0,46
Passivo total		1.612.615	1.623.373
Ativo total		2.916.856	2.982.804
Índice de capital de terceiros		0,55	0,54
Dívida bruta	15 e 16	1.435.653	1.459.222
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	6 e 7	137.812	151.762
Dívida líquida		1.297.841	1.307.460
Patrimônio líquido	22	1.304.241	1.359.431
Endividamento em relação ao patrimônio líquido		1,00	1,04

Risco de crédito

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas nos Bancos Bradesco, Brasil e Itaú.

A Companhia possui duas carteiras de aplicações:

- (ii) as aplicações de renda fixa e baixo risco, no (a) Banco do Brasil, remunerada aproximadamente a 96% do CDI, (b) Banco Itaú, remunerada aproximadamente 103% do CDI e (c) Banco Bradesco, remunerada aproximadamente 100% do CDI. (Nota Explicativa nº 6); e
- (iii) (ii) as aplicações em fundos de investimentos no Bradesco, em contas vinculadas permitidas pelo BNDES. (Nota Explicativa nº 11).

Não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate (Nota Explicativa nº 6 e 7).

Não é identificado, no momento, nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Nota Explicativa nº 6 e 7).

Risco de preço

As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 70% (71% em 31 de dezembro de 2022) de seus compromissos contratuais, representados pelo financiamento com o BNDES, estão atrelados ao índice da TJLP e 100% das suas obrigações oriundas dos contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado e Livre estão atrelados ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia contratou os empréstimos para financiamento do projeto com as seguintes condições:

- o Financiamento BNDES: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a.

- 2ª emissão de debêntures: prazo de 14 (quatorze) anos, com os juros baseados no IPCA + 7,9461% a.a.
- As condições desses financiamentos estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de degradação do Índice de Disponibilidade e Risco Hidrológico

A Companhia está exposta ao risco de degradação do Índice de Disponibilidade (ID) e consequentemente no Fator de Disponibilidade (FID) relacionado a possíveis pelo motivo de paradas de suas Unidades Geradoras (UG1) e (UG2). Adicionalmente, as variações hidrológicas ocorridas no país, também impactam diretamente o Fator de Ajuste GSF_{MRE}, refletindo na contabilização mensal efetuada pela CCEE.

Ambos os fatores, compõem os cálculos de exposição da Companhia, e em casos de não atendimento dos contratos já formalizados de venda no ACR e ACL, se faz necessária a compra de energia pelo PLD na liquidação financeira calculada pela CCEE ou a compra de energia convencional no mercado.

A área técnica, juntamente com o Comitê de Comercialização, o qual conta com representantes das acionistas está constantemente avaliando e atuando para identificar as melhores oportunidades de operações de compras favoráveis a Companhia.

Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas

A Companhia administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração.

A Companhia vem honrando todos os seus compromissos assumidos e com expectativa de honrar todos os seus futuros compromissos.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensados.

31 de dezembro de 2023								
Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Fluxo contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e contratos onerosos		137.785	139.062	49.945	24.265	48.436	16.416	-
Empréstimos e financiamentos	16	1.134.347	1.907.849	22.411	22.411	276.004	276.004	1.311.019
Debêntures	17	301.306	492.676	19.247	23.620	100.745	121.351	227.713
		<u>1.573.438</u>	<u>2.539.587</u>	<u>91.603</u>	<u>70.296</u>	<u>425.185</u>	<u>413.771</u>	<u>1.538.732</u>
31 de dezembro de 2022								
Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Fluxo contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores, prov. socioambientais, encargos setoriais e outros passivos circulantes		121.838	124.333	40.502	17.278	30.825	35.728	-
Empréstimos e financiamentos	16	1.160.042	2.018.154	18.484	18.484	273.267	273.267	1.434.652
Debêntures	17	299.180	581.308	19.189	11.810	79.900	163.075	307.334
		<u>1.581.060</u>	<u>2.723.795</u>	<u>78.175</u>	<u>47.572</u>	<u>383.992</u>	<u>472.070</u>	<u>1.741.986</u>

Não é esperado que os fluxos de caixa incluído na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou com valores diferentes dos indicados acima.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 (R1) dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI, TJLP e IPCA divulgadas pelo Banco Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foram calculadas as receitas e despesa financeiras brutas, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2023. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2023, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

	Cenário I <i>Provável</i>	Risco na apreciação		Risco na depreciação	
		Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Ativos					
Fundos de investimentos (i)					
87.506		<i>Carteira de fundos</i>		<i>Carteira de fundos</i>	
Receita financeira projetada	87.506	101.441	104.228	79.145	81.932
Taxa de juros	11,148	13,935	16,722	8,361	5,574
Variação - R\$	12,74%	15,93%	19,11%	9,56%	6,37%
		2.787	5.574	(2.787)	(5.574)
Aplicações CDI (ii)					
135.200		<i>Aumento do CDI</i>		<i>Redução do CDI</i>	
Receita financeira projetada	135.200	153.228	156.834	124.383	127.989
Taxa de juros	14.423	18.028	21.634	10.817	7.211
Variação - R\$	10,67%	13,33%	16,00%	8,00%	5,33%
		3.606	7.211	(3.606)	(7.211)

Passivos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (a)					
1.150.235			Aumento da TJLP		Redução da TJLP
	1.150.235	1.248.724	1.268.422	1.091.142	1.110.839
Despesa financeira projetada	78.791	98.489	118.187	59.093	39.396
Taxa de juros	6,85%	8,56%	10,28%	5,14%	3,43%
Variação - R\$		19.698	39.396	(19.698)	(39.396)
Debêntures (b)					
308.737			Aumento do IPCA		Redução do IPCA
	308.737	324.174	327.261	299.475	302.562
Despesa financeira projetada	12.349	15.437	18.524	9.262	6.175
Taxa de juros	4,00%	5,00%	6,00%	3,00%	2,00%
Variação - R\$		3.087	6.175	(3.087)	(6.175)
(i) Fundos de investimentos					
Aplicação em carteira de fundos				87.506	
Conta centralizadora				11.501	
Total dos fundos vinculados - Nota Explicativa nº 11				99.007	
(ii) Aplicações CDI					
Aplicação em CDI				135.200	
Aplicação automática				96	
Total das aplicações no Banco do Brasil, Bradesco e Itaú - Nota Explicativa nº 6 e 7.				135.296	
Composição dos saldos					
Nota Explicativa			BNDES (a)	Debêntures (b)	
Saldo da dívida			16	17	
Custo da transação			1.134.347	301.306	
Total da dívida com encargos			15.888	7.431	
			1.150.235	308.737	
Premissas (média entre 2023 e 2024)					
Carteira de fundos - Ativos			a.a.	12,74%	
CDI - Ativos			a.a.	10,51%	
TJLP - Passivos			a.a.	6,85%	
IPCA - Passivos			a.a.	4,00%	

31 Cobertura dos seguros e depósitos caucionados

Seguradora	Apólice	Objeto	Vigente até	Limite Máximo de Garantia (LMG)	Observação
Liberty Seguros	7697000457	Venda de energia elétrica	15/02/2024	949	Garantia Contratada pela CHESF
Ezze Seguros S.A.	1007607000803	Venda de energia elétrica	01/01/2028	992	Garantia Contratada pela Eletronorte
Sompo Seguros S.A.	1800953385	Seguro empresarial - Sede administrativa.	16/03/2024	2.200	
Axa Corporate Solutions Seguros S.A.	02852.2023.0021.0351.0010601	Responsabilidade civil	30/06/2024	54.000	Contratado pela EDF no qual Sinop Energia consta como cossegurada.
Allianz Seguros S.A.	5177 2023 5310 0000131	Directors and officers Liability Insurance (D&O)	31/03/2024	5.212	Garantia contratada pela Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	04669-2020-10010-77500-15761	Seguro garantia para a ação de ISSQN da prefeitura de Cláudia	21/08/2024	64.893	-
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	04669-2020-10010-77500-16055	Seguro garantia para a ação de ISSQN da prefeitura de Itaúba	04/09/2024	18.238	-
Pottencial Seguradora S.A.	03069-2023-99077-50926-585000	Seguro garantia para o Processo Administrativo Fiscal 10183.913093/2022-19	14/06/2025	698	
Pottencial Seguradora S.A.	03069-2023-99077-50926-583000	Seguro garantia para o Processo Administrativo Fiscal 1001729-31.2023.4.01.3603	14/06/2025	283	
AXA XL Seguros S.A.	02852.2023.0021.0196.0003569	Riscos operacionais	31/12/2024	2.464.398	

32 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui o montante de R\$ 139.065 (R\$ 161.933 em 31 de dezembro de 2022) de compromissos assumidos.

	31/12/2023	31/12/2022
Operação e manutenção da usina (i)	65.863	35.239
Aquisição de energia elétrica (ii)	54.796	104.550
Outros (iii)	12.733	15.588
Assessorias, consultorias e auditorias (iv)	5.673	6.556
Total	139.065	161.933

- (i) Substancialmente, a Companhia mantém o contrato de O&M (R\$ 39,7 milhões) com vigência até abril de 2029 e o contrato de conexão com sistema de transmissão (R\$ 15,8 milhões) vigente até o final do contrato de concessão, entre outros compromissos tais como, manutenção de bombas, segurança, telecomunicações etc.
- (ii) A Companhia tem compromissos de compras de energia previstos entre janeiro de 2024 até o dezembro de 2025, no montante de 263.280 MWh, pelos motivos de (a) Degradação do Fator de Disponibilidade (FID), devido as paradas de máquinas ocorridas em 2020; e (b) Redução do valor do GSF, devido às variações/restrições hidrológicas do país.
- (iii) Substancialmente, refere-se a compromissos ambientais referentes ao Sistema de Transposição de Peixes, monitoramentos sismológicos, hidrológicos e de climas, resgates de ictiofaunas, controles de resíduos e investimentos em CAPEX.
- (iv) Substancialmente, refere-se aos contratos de honorários advocatícios para defesa dos litígios junto a empreiteira e ações ambientais.

33 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia adquiriu bens do ativo imobilizado, dos quais uma parte são itens não caixa relativos à aquisição de imobilizado. A conciliação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	2023	2022
Aquisição de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 13)	11.372	34.569
(Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa – provisões socioambientais) / pagamentos de imobilizados adicionados nos exercícios anteriores	(3.939)	(12.914)
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa (fornecedores) (i)	(1.874)	(4.427)
Reversão (provisão) que não tiveram efeito caixa	1.094	(1.162)
Aumento de imobilizado com efeito caixa	6.653	16.066
(i) Efeito não caixa em fornecedores:		
Variação do passivo de fornecedores	2.698	1.419
Variação de fornecedores contra imobilizado que não tiveram efeito caixa	(1.874)	(1.354)
(Redução) aumento em fornecedores (DFC)	824	(65)

34 **Eventos subsequentes**

Não houve eventos subsequentes posteriores a 31 de dezembro de 2023.

* * *

Carlos Roberto Boscaini Junior
Diretor presidente

Sergio Carvalho Aguiar
Diretor administrativo e financeiro e
Diretor de relações com investidores

Alessandro Camilo da Silva
Contador – CRC MT 005078-0/9